UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MOISÉS CORRÊA FONSECA DA SILVA

OS ESTUDOS DE ÁFRICA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (2003-2016)

Niterói

2018

MOISÉS CORRÊA FONSECA DA SILVA

OS ESTUDOS DE ÁFRICA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (2003-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Vieira Ribeiro.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S586e Silva, Moisés Corrêa Fonseca da

Os Estudos de África na Historiografia Brasileira (2003-2006) / Moisés Corrêa Fonseca da Silva; Alexandre Vieira Ribeiro, orientador. Niterói, 2018.

139 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.13048815716>

1. História da África. 2. Estudos Africanos. 3. Historiografia. 4. Epistemologia. 5. Produção intelectual.

I. Título II. Ribeiro, Alexandre Vieira, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

A Rosana, minha terra.

AGRADECIMENTOS

Por estes mares, de cara para o vento, sem medo da chuva, a corrente me trouxe diversos abraços e agradecimentos. Para tanto, a energia dos que a mim me abençoam seria necessário um enorme obrigado, pois os tenho – sem ressalvas e com muita fé – em mim, nas águas. Minhas Senhoras e Meus Senhores. A eles, as suas bençãos?

Ao professor Alexandre Ribeiro por levantar as velas deste barco e estimular uma navegação que representa muito por conta do lugar de onde zarpei. A professora Regiane Mattos pelo sopro engrandecedor em minhas pegadas iniciais na areia e por ter mergulhado profundo rumo à África comigo. A mestra Monica Lima por seus ensinamentos, dizeres, palavras – pelo carinho – como daqueles que em África contam as histórias sem perder a beleza da narrativa.

A minha família gonçalense: tios, primos, avós. Aos que me levam a pensar sobre a poeira da rua de quando criança. Dos olhares e abraços mais profundos, que sempre me disseram para nunca desistir frente as tempestades que poderia encontrar no curso desta navegação. Nunca me deixaram esquecer que este interior é o lugar em mim por excelência, minha aldeia, meu mundo – de onde brota o cheiro de manga.

Aos queridos Kauê Vieira, Rosa Couto e Núbia Aguilar por me fazerem falar tanto de África nesta trajetória, realizarem desejos de reverberar a África para o mundo e consolidar ensinamentos muito valiosos sobre a luta que viemos travar.

A mãe Luciana que me fez entender que remar requer muita paciência, força e coragem. Pelos ensinamentos maravilhosos que tive ao ouvir a senhora cantar e contar.

As donas de meus afluentes durante muitos anos: Cecília Fonseca, Juliana dos Santos e Ana Beatriz Mira - lugares de água dulcíssima que me fazem recarregar quando as encontro. Sorriso certo para o tempo mais propício dentro de viagens longas.

A Helena por seus abraços, por entender minha escrita e leitura solitárias, por fazer valer cada minuto estampado em um sorriso perene, que preenche na dádiva da convivência o meu sangue. Pelo seu debruçar continuo em meus ombros, por ser meu caminho das águas.

Ao Antonio por ter vindo como uma jangada certa. Remada brava e necessária. Pelos seus momentos de compreensão e sua disposição de formar em mim, a partir de uma gota, um oceano distinto; logrando-me amor e desejo profundo de companheirismo e afeto.

Por fim, a ela, minha senhora. Minha terra, mãe. A Rosana cada palavra, cada ensinamento. Tudo. Por ter me feito quem sou, me dando muita vontade para continuar em rio, mar, e nunca dispersar. Meu ser fora mim. Por ser você.

RESUMO

Esta dissertação pretende mapear os estudos realizados na área de História entre os anos de 2003 e 2016 que possuem escritas acerca da História da África. Para tanto o recorte utilizado foram as notas de maior conceito na Capes (6 e 7) para os Programas de Pós-Graduação em História no país, levando em consideração as teses e dissertações provenientes de seus âmbitos. Isto se deu a partir da referência que estes Programas relevam como centros de pesquisa e de formação de professores universitários que irão atuar em diferentes localidades do espaço brasileiro. Utilizaram-se duas abordagens: uma quantitativa e outra qualitativa para que tivéssemos um arcabouço vasto de análise e compressão do levantamento realizado.

Palavras-chave: História da África; Epistemologia; Historiografia; Estudos Africanos.

ABSTRACT

This work intends to map the studies carried out in the area of History between the years 2003 and 2016 that have written about History of Africa. For that, the cut used was the most important notes in Capes (6 and 7) for the Post-Graduate Programs in History in the country. This was based on the reference that these Programs are centers of research and training of university professors that will work in different locations in Brazil. Two approaches were used: one quantitative and the other qualitative so that we had a vast framework of analysis and compression of the survey showed out.

Keywords: History of Africa; Epistemology; Historiography; African Studies.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

<u>Quadro I</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (2003-2016).	72
<u>Quadro II</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFMG (2003-2016).	75
<u>Quadro III</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (2003-2016).	79
<u>Quadro IV</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (2003-2016).	82
<u>Quadro V</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFF (2003-2016).	85
<u>Quadro VI</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da USP (2003-2016).	88
<u>Quadro VII</u> - Porcentagem total de trabalhos em História da África nos Programas de Pós-Graduação analisados (2003-2016).	92
<u>Quadro VIII</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (2003-2016).	1080
<u>Quadro IX</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFMG (2003-2016).	108
<u>Quadro X</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (2003-2016).	112
<u>Quadro XI</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (2003-2016).	116
<u>Quadro XII</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFF (2003-2016).	120
<u>Quadro XIII</u> - Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da USP (2003-2016).	12020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - Percorrendo o século XX: um panorama da escrita da história da África no Brasil.....	19
CAPÍTULO II - A História da África nos cursos dos Programas de Pós-Graduação em História: uma abordagem quantitativa.....	60
CAPÍTULO III - Nem tudo está ao alcance dos olhos: silêncios nos temas de estudo em História da África no Brasil.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
BIBLIOGRAFIA.....	134

INTRODUÇÃO

Estudos de África na historiografia brasileira: novos caminhos

Conhecimento de África: fagulha inicial para a compreensão da diacronia de uma escrita no Brasil. Resignificar o termo se faz importante em meio ao cenário brasileiro. Empréstimo da expressão de Paulin Hountondji¹, que em seu pensamento possui outro tom e significado, abriu-se um leque de informações que nos fazem desembocar no delta dos Estudos Africanos contemporâneos na área de História. Este caminho nos recorda do fundo político e social que culminou com a lei 10.639/2003. Enfrentamento e forças para um país que representou, segundo Anderson Oliva em seus estudos a partir dos materiais didáticos, o africano e o negro escravizado por meio da inferioridade e marginalização², endossando imagens sociais constantes.

Adentrando-se ao lado deste terreno, é possível observar o que a Academia³ conseguiu instaurar dentre seus paradigmas acerca de um olhar africano mais complexo, como nos apontou Achille Mbembe⁴. O modelo pós-colonial, assim como trabalhado por Stuart Hall⁵, fez com que se irrigassem as possibilidades de uma construção mais profícua de uma África que, muitas vezes, foi esquecida no universo acadêmico – local do dito saber plural e conhecimentos diversos.

Entretanto, em muitos locais, a agricultura acerca de um conhecimento de África no Brasil foi germinada entre o pêndulo da identidade fortificada/cristalizada e a busca

¹ HOUNTONDJI, Paulin J. *Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, Março, 2008, p. 149-160.

² OLIVA, Anderson. *Lições sobre África. Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário. Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico. (1990-2005)*. Tese de Doutorado, UnB, 2009.

³ Entende-se aqui por Academia o corpo institucional formado pelo Ensino Superior institucionalizado no Brasil, com base na Educação Formal e sua tradição em volta nos moldes eurocêtricos de construção do saber, pautados na Razão e Verdade.

⁴ MBEMBE, Achille. *Crítica à razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

⁵ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

pelo saber das memórias e histórias de descendentes esquecidos e discriminados ao longo da história do país. Isto foi um exercício recorrente do movimento social negro e de iniciativas culturais que se desdobraram, sobretudo, a partir dos anos 1970 como foi o caso do Ilê Ayê, bloco carnavalesco e iniciativa educativa-cultural de Salvador, por exemplo.

O flerte entre política, sociedade e universidade, em sua faceta mais generalista, aconteceu de forma latente nos últimos anos no Brasil; fruto de políticas de ações afirmativas e de engendrades públicos que levaram diversos segmentos da população que não tinham acesso a este âmbito, aa início de uma comunhão e conflitos internos que ainda não havia tido precedentes.

A expansão da universidade nos anos 2000 incluiu sujeitos que fizeram parte da demanda histórica do movimento negro brasileiro, e suas diferentes vertentes culturais e políticas, como igualmente fez surgir a discussão de um currículo que não compreende a diversidade e tampouco os sujeitos que a constroem. Nilma Lino Gomes reiterou a importância dos trabalhos relacionados à cultura afro-brasileira e a diversidade étnico-racial como uma ferramenta de construção de novos comportamentos e um elemento que se insere na abordagem ensino-aprendizagem do dia a dia do aluno⁶ como de fundamental importância frente ao desafio da desigualdade social brasileira.

Neste quadro, a moldura que teimava em ficar à margem, se transmutou. Os aspectos subalternos imigraram para o centro. Em um processo de intensa formação diferenciada, os Estudos Africanos no Brasil passaram da preocupação da formação nacional – abordando uma África nagô desde Nina Rodrigues, aglutinada com o mito da democracia racial, a partir da ótica de alguns autores dos anos 1930 – ao resgate do

⁶ GOMES, Nilma Lino. *Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

sujeito e suas formas de narrar a sua própria história⁷. Como nos lembrou Mariana Schlickmann, o exercício, em momento, vem à tona para que a África do/no Brasil seja compreendida⁸.

Assim como reiterou Zamparoni⁹, os diversos Centros de Estudos – em modelos comparados com os norte-americanos, em seu estilo acadêmico – foram de fundamental importância para os conhecimentos gerados pela Academia no Brasil acerca da África. Esses modelos desenhados como *Area Studies* forneceram ferramentas para que muitos estudiosos fizessem carreira nos centros de referência intelectual da Europa e dos Estados Unidos. Estruturados para o ensino e pesquisa dos Estudos Africanos, eles desencadearam papel proeminente nos arcabouços e fundamentos da África institucionalizada intelectualmente no Brasil.

Este processo também ocorreu nos Estados Unidos como salientou Roquinaldo Ferreira¹⁰, porém com algumas nuances particulares, o que nos fez levar a refletir sobre a maneira à brasileira de escrever uma historiografia sobre a África. Porém, tal como apontou Schlickmann, o interesse de escritos brasileiros pela África foi esparsa pelo menos até os anos 1980, quando temos a primeira dissertação defendida em História da África no Brasil¹¹ em um Programa de Pós-Graduação na área de História. As leituras de textos estrangeiros, a partir de suas traduções, sobretudo de autores anglófonos, sobressaíam nas revistas dos Centros de Estudos que se debruçavam sobre temáticas africanas no século XX.

⁷ Sobre este período da historiografia ver os trabalhos de: RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008. E FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 50ª edição. Global Editora. 2005.

⁸ SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos. 1959 -1987*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2015.

⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *Os estudos africanos no Brasil: veredas*. Rev. Educ. Pública, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995; ZAMPARONI, Valdemir. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Cienc. Cult.*, vol.59, n. 2, São Paulo Abr/Jun, 2007.

¹⁰ FERREIRA, Roquinaldo. *A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº59, pp. 73-90, 2010.

¹¹ SCHLICKMANN, Mariana. *Op.cit.*

Como apontou em números, Schlickmann igualmente reiterou como existem poucos trabalhos de autores brasileiros nos periódicos e apresentações em Congressos, Seminários e afins; assinalando os textos e autores, a partir dos centros já apontados por Zamparoni, como referências incontornáveis. O que se tornou invisível, em terrenos brasileiros, foi a estratégia de diálogo que, em muitos casos o movimento social negro – apesar de uma África imaginada, tal como pensada por Amailton Azevedo – poderia contribuir em riqueza singular com a historiografia crítica que a Academia desempenhava engatinhar¹².

Como lembrou Lívio Sansone¹³ este entrelace era coadunado de tensões e conflitos que não se faziam valer em partes pela cientificidade da Universidade e sua pretensa realização da Verdade. Por outro lado, os meios e as formas de disseminação de conhecimento dos “Outros” sempre estiveram à margem daquilo que poderia ser visto enquanto conhecimento válido e legítimo no Brasil. Era entregar as ferramentas para que uma outra área pudesse se consolidar na Academia, e isto queria dizer fornecer poderes suficientes para a realização sucessiva de estudos em um espaço autônomo do saber na área de História.

Transfigurando-se assim como instrumento metodológico, Michel Rolph Trouillot¹⁴ nos semeou acerca dos silenciamentos que a escrita da História é capaz de fazer quando tratamos de grupos e sociedades que, em escala global, não pertencem ao *mainstream* da historiografia. Para tanto, essas pontuais ações, digam-se os silêncios acadêmicos da área de História no século XX acerca da África, vista e produzida por brasileiros, chega-se a um cheque mate profundo de um jogo que ainda nos tem muito a

¹² AZEVEDO, A mailton. *Qual África ensinar no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Revista da PUC-SP, 2016.

¹³ SANSONE, Lívio. *Um Campo Saturado de Tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, p. 5-14.

¹⁴ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

oferecer: a institucionalização do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira nas escolas da Educação Básica.

Essa medida pôs a África nos centros dos holofotes, não somente no seio universitário. Com isto, desembocou-se em águas nunca dantes navegadas, onde o imperar do ensino-aprendizagem se colocou frágil devido a uma formação de educadores, inclusive acadêmicos, que não olharam para a África em seus percursos de estudo. Porém, este caminho nos levou a considerar a nova produção brasileira sobre o continente, refletindo neste viés, àquela historiografia recente, alocada entre os anos de 2003 e 2016.

O mapeamento desta produção contemporânea se evidencia em fundamental importância porque é reflexo e se espelha na corroboração de um instrumento jurídico que visa à funcionalidade do sistema de ensino nacional. Além disso, os impactos sociais e epistemológicos deste processo ainda são desconhecidos, mas se iniciam em deslindes que nos chegam ao iluminar de um recorrente silêncio de onde precisamos partir.

Este trabalho se compreendeu no desabrochar de dados acerca dos estudos de História da África no Brasil entre os anos de 2003 e 2016. O recorte utilizado para o corpo de fontes (teses e dissertações) foram as notas “6” e “7” dadas pela Capes aos Programas de Pós-Graduação em História do país, no período vigente de elaboração deste trabalho. Esta escolha se consolidou como meio de ferramenta possível para a pesquisa, pois são nestes Programas que os professores que darão aulas em outras instituições no Brasil irão se formar e são neles que se possui uma vasta experiência com a disciplina de História da África, tendo docentes de reconhecimento ao nível de

todo país. Além disso, tratam-se de locais que historicamente possuem vínculos e assentamentos antigos com os Estudos Africanos, mesmo que em Centros de Estudos.

Os Programas que foram analisados e que abarcam a amostragem da pesquisa são: O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, o Programa de História da Universidade Federal de Minas Gerais, os cursos de Mestrado e Doutorado do Programa em História Social da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas. Junto a estes, igualmente se agregaram o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Programa de História da Federal do Rio Grande do Sul.

Entrelaçou-se a estes aspectos uma metodologia qualitativa e outra quantitativa, perfazendo caminhos que desdobram os assuntos, nos oferecendo um panorama significativo de como estão sendo elaborados e em quais quantidades os estudos africanos detêm terreno na área de História nesses Programas.

Esta abordagem não pretende esgotar todos os elementos que visam contribuir para a análise de um cenário de mudanças na qual a universidade e os cursos de Pós-Graduação em História estão inseridos. Muitos aspectos foram deixados de lado para se concentrar somente nas produções das teses e dissertações dos Programas, oferecendo, assim um mapeamento por este viés da produção. Seria, portanto, necessário mais tempo para que a produção acadêmica docente, uma análise da entrada dos professores para a área de História da África, a proporção entre alunos/mestres e o contingente de trabalhos produzidos pelos professores pudesse ser analisado.

Assim, o primeiro capítulo aborda um levantamento do tempo social e histórico e das diferentes abordagens políticas dos seus períodos. A História da África vai, portanto, sendo percorrida no sentido institucional, dando-nos um possível lugar

diacrônico de seu desenvolvimento. Mesclado aos aspectos citados, a escrita dos Estudos Africanos na área de História referenciou-se por meio dos aspectos que os saberes, trajados de conhecimento universal, foram sendo mantidos pela Universidade e seus sujeitos produtores.

Logo em seguida, no segundo capítulo, apresenta-se uma abordagem metodológica do funcionamento dos dados e a leitura do mapeamento quantitativo dos Programas de Pós-Graduação observados. São colocados quadros com as informações que nos levaram a interpretar e inferir os diversos aspectos que os dados são capazes de nos fazer refletir, devido aos seus graus de limitação.

No terceiro e último capítulo, abre-se ao leitor os quadros relacionados aos temas das teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação, referenciando-os aos aspectos qualitativos e à metodologia da pesquisa. Assim, elaboraram-se diversas interpretações que nos levaram a apresentar os dados de forma mais substancial e significativa; cruzando-os com perspectivas trazidas à luz do primeiro capítulo.

Considerando, nesta medida, este trabalho como uma fase inicial de levantamento e da relevância de um mapa dos estudos africanos na área de História, optou-se pelo não fechamento de uma cronologia que nos intermedeia com os fatores sucessivos, tanto sociopolíticos quanto historiográficos, que são perenes e fazem ecoar na escrita da História da África na Academia brasileira.

Conhecimento de africanos: retornamos à Paulin Hountoudji¹⁵. Dada a complexidade social brasileira, diz-se que se faz África a nosso modo, ao ver deste trabalho. Desta forma, somos estrangeiros ou africanos? Como perceber o incremento e os estudos sobre África no Brasil com uma população majoritariamente negra e

¹⁵ HOUNTONDJI, Paulin J. *Op.cit.*

descendente do processo de escravização global da Idade Moderna? Este estudo vem a contribuir para que não façamos mais esse tipo de divisão do conhecimento, mas sim que qualquer um deles possa fazer importante barulho no silêncio que ainda perpetua o nosso Haiti – pegando de empréstimo a terra de Trouillot¹⁶ – pois pisa-se, aqui, no Sul¹⁷.

¹⁶ TROUILLOT, Michel Rolph. *Op.cit.*

¹⁷ Tal termo é utilizado aqui, como nas discussões em: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENEZES, Maria Paula. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

CAPÍTULO I

Percorrendo o século XX: um panorama da escrita da história da África no Brasil

Os saberes dos terrenos de Humanas e Artes, pensados como lugares de experiências de conhecimento na atualidade, são de complicadas pegadas quando não mais considerados os espaços africanos enquanto ferramenta educativa e epistemológica. Desde 2003, a lei 10.639 somou esforços às demandas rasgadas pelo movimento social negro, aliadas à luta política travada e pautada na importância de desdobrar diálogos acerca da África no território brasileiro. O instrumento jurídico foi firme em sua proposta de sementeira. O despontar parece-nos recente, entretanto faz parte de uma trajetória longa em que setores civis e iniciativas institucionais se aliaram em torno de uma abordagem comum: ensinar e aprender a partir das sociedades africanas.

O solo, ainda seco, mas já fertilizado, se preparava para o novo milênio. Este processo recente foi fundamental para que se pensasse não somente na inserção e aproveitamento dos Estudos Africanos na Educação Básica. A Universidade, nas áreas das Ciências Humanas e das Artes, teve que repensar suas propostas pedagógicas, seu papel nas políticas públicas de reparação da população negra no país e o próprio currículo de cada um dos cursos concernentes com a temática.

Portanto, aquilo que se pretendeu neste capítulo, foi mapear o pano de fundo do processo de elaboração das pesquisas nos programas de Pós-Graduação em História que possuíam notas seis (6) e sete (7), segundo a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), durante a elaboração desta dissertação. Este exercício foi conjugado pelas óticas e percursos daquilo que veio sendo descoberto e que se fazia antes mesmo de chegarmos ao confluente contemporâneo que vivemos hoje. Para tanto,

devemos levar em consideração as questões trazidas pelo tempo sociopolítico, que foi igualmente fundamental para abordarmos e interpretarmos as possibilidades de desenvolvimento, manutenção ou freio que se deram ao longo dos últimos treze anos, demarcando-se, assim, este período.

Este capítulo trata exatamente do tempo em que a pesquisa veio a se debruçar. O tempo social e o tempo da Universidade; ou seja, um tempo institucional, do local de produção das teses e dissertações. Perceber este lugar social e suas políticas públicas foi relevante para que pudéssemos passear próximo à órbita na qual transitaram os estudos sobre História da África no Brasil recente. Além deste aspecto, os marcos legais e fundamentais que permeiam o universo acadêmico e os lugares de constituição da História da África dentro das áreas de História nas universidades foram ressaltados e nos serviram de referência, inclusive para elucubrar como chegamos ao cenário atual.

Antecedentes e tempo social como aspectos constitutivos: como a história da África chega a 2003

É notório que o tempo da escrita da história e das relações de poder que estão inseridas nos seus produtos finais dizem respeito a determinado tempo e espaço. Michel Rolph Trouillot nos despertou para entender a escrita da história dos africanos na diáspora como letras pertencentes a um sítio acadêmico que deixou fraturas e traumas

marcados pela escravização e pela marginalização de personagens fundamentais que fazem parte do respectivo processo histórico¹⁸.

O autor trabalhou com a ideia de que as formas de se construir conhecimento acerca das sociedades negras-africanas e destas na diáspora estiveram imbricadas à política e ao entrave posto pela episteme do discurso eurocêntrico, desde o século XVIII. A partir de então, formou-se “vazios” dentro das áreas do saber quanto aos seus processos artísticos, culturas, políticas, etc. Assim, os “silenciamentos” - termo cunhado pelo historiador - por se tratar de um aspecto proposital, intencional, foram substancialmente reverberados dando continuidade aos pressupostos hegelianos até quando se pôde. Neles, o filósofo, entre outras aferições acerca dos africanos, permeadas por um olhar corroborado pelo racismo científico e pela ideia da Europa como o berço máximo da civilização, cunhou a máxima para a África: “povos sem história”.¹⁹

Porém, ainda hoje, são visíveis esses tratos dentro da historiografia de uma forma geral. Este aporte demonstra e desempenha uma ligação com as intencionalidades que a Ciência, tal qual como foi construída pela metodologia e racionalidade eurocêntricas, possui ao defender proliferações e formas de se construir “o conhecimento legítimo” tendo como base um único Norte. Trouillot nos lembrou que tudo que possuía relação com esses povos, de alguma forma, caiu no esquecimento e não foi relevada como meio válido de se conhecer e vivenciar saberes, tampouco o direito de fazerem parte da História. Este processo se dava salvo quando estes sujeitos eram tratados como particularmente “os escravizados”, pois se tratava de uma

¹⁸ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

¹⁹ HEGEL, G.W. F. *Filosofia da história*. Brasília: Ed. UnB, 1995.

abordagem que daria ferramentas para que essas sociedades pudessem transgredir e apresentar seus conhecimentos ao mundo, não somente na esfera epistemológica, como similarmente na social. Portanto, a metodologia do autor foi importante para se entender os estudos sobre a construção da História da África no Brasil.

A problemática do racismo estrutural na sociedade brasileira nos evocou um lugar de discussão que pôde lembrar, em algum grau, questões vivenciadas em outros países que sofreram a escravização de povos oriundos do continente africano. Porém, a maior quantidade de africanos escravizados desembarcou no Brasil, a níveis de números totais. A nossa longínqua duração do processo escravista foi significativa, os modelos de “cidadania” criados para a marginalização da população e a “romantização” do processo colonial são fatores que devem ser considerados enquanto acontecimentos particulares. Isto faz com que sejamos um exemplo para pensar a formação do conhecimento, mas do mesmo modo, as maneiras como tratamos as sociedades africanas dentro das universidades e seus fazeres e saberes.

O local a que se refere pareceu se constituir a partir da importância dos estudos africanos nos espaços acadêmicos, mas ainda sim sob a égide de uma marginalidade. Esses aspectos dizem respeito ao que hoje pode ser entendido como inserido ao funcionamento do ciclo de trocas dos paradigmas nos espaços universitários. Este mecanismo foi ao encontro das estratégias pensadas por Trouillot quando desenvolveu as brechas em que os estudos sobre a história do Haiti puderam se constituir e que se ateu a elucidar a história dos negros-africanos na diáspora. Esse processo desencadeou pouca repercussão dentro da própria historiografia e fez com que escassamente se conheça ainda hoje alguns desses estudos e autores e autoras que trabalham essas temáticas.

O mecanismo de refletir as formulações do conhecimento, inclusive nos espaços universitários, a partir do prisma de Trouillot, nos levou a elencar a possibilidade de interagirmos os conhecimentos ao processo temporal e institucional em que pertencem e também que os modificam de forma dialógica²⁰. Para tanto, foi fundamental, acima de tudo, para entender o período contemporâneo da História da África no Brasil, os seus antecedentes e a cronologia dos estudos que se situavam dentro da área de História em grande parte do século XX e início do XXI²¹.

Tratando-se do universo brasileiro, autores nos apontaram que inicialmente, desde o momento primordial da Academia no Brasil, estávamos tratando as sociedades africanas simplesmente pelo viés da “questão negra” e das formalidades constitucionais e dos processos de desenvolvimento social da própria sociedade brasileira²². Fatores importantes para a estrutura social em questão, mas que não avançaram em pensar a África por ela mesma. Este ponto fez com que se gerasse a inserção de conteúdos em uma Universidade que não dava conta e nem transpassava muitas vezes o outro lado do Atlântico para entender os povos africanos que aqui chegaram.

A partir dos anos 1930, os estudos dos intelectuais das Ciências Humanas e Sociais brotaram em concordância com o mito da democracia racial²³, ou por vezes, assim sob uma égide marxista, pensavam o negro no Brasil por um olhar vitimista e passivo. Esta abordagem não ficou restrita à Academia brasileira, como nos aponta

²⁰ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Ib.Idem*.

²¹ Um estudo realizado pela Casa das Áfricas aponta os estudos africanos no Brasil e o levantamento dos mesmos, as temáticas e localizações regionais no país; desde os anos 1960 ao final da década de 2000.

²² Autoras que trataram do tema foram: LIMA, Mônica. *A África na sala de aula. Obrigatoriedade de ensinar história e cultura africanas é o novo desafio dos professores brasileiros*. Revista Nossa História, 02.04.2006; SANTOS, Vanicleia S. *A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012)*. In: Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP. LISBOA: AULP, 2012, p. 243-254.

²³ Muitos desses estudos foram construídos pautados nas propostas dos estudos clássicos sobre o tema, dentre eles, podemos citar: HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; FREYE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1936; RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934; entre outros.

Achille Mbembe²⁴, falando sobre a crise da episteme, quando pensadas as formulações do conhecimento a partir do Sul²⁵ e as desconsiderações por parte dos conhecimentos hegemônicos eurocêtricos.

Pegando carona no decorrer da escrita da História, consagrada em meios acadêmicos, a formulação da África enquanto objeto de estudo no Brasil ainda não era reconhecida como um lugar de possível atenção para os estudiosos, mesmo que a partir de interpretações de uma Antropologia calcada no racismo científico e nas observações etnológicas discriminatórias e etnocêtricas que se deram pelo menos até os anos 1960 na bibliografia de muitos pensadores europeus.

Entretanto, tomando o Brasil como um lugar em extrema conexão com outros cantos do mundo, a partir do início do século XX até pelo menos a década de 1950²⁶, os olhares para a África e também dos próprios africanos começaram a mudar para que se pudesse perceber a importância de contar a sua história e conjuntamente de realizar para o mundo a possibilidade de construção de uma nova narrativa, que não mais aquela no século XIX, sobre a suas histórias, e tampouco a dos calcados nos aparelhos narrativos da administração colonial.

²⁴ MBEMBE, Achille. *As formas africanas de auto-inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, ano 23, nº 1, 2001, 171-209.

²⁵ Utilizamos esta ideia, pensando que se trata de uma abordagem que visa dar protagonismo aos meios, formas e processos e conhecimento que foram construídos e ainda o são em espaços e sociedades que foram marginalizados em escala global. Além disso, é importante ressaltar que o Sul, tal qual, como conferido aqui, significa entender que o conhecimento tal qual como entendemos foi realizado a partir de ações políticas, de sobrepujança e também domínio frente a outras formas e abordagens de conhecimento que não deveriam aparecer e nem se tornarem relevantes, visto que o predomínio eurocêntrico no discurso racional do conhecimento veria ser visto como o norte e também a sua própria fonte. Isto fez com que o Sul ficasse desconhecido, não tendo direito à memória e tampouco sendo visto como lugar legítimo de construção de conhecimento. Para mais, ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENEZES, Maria Paula. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

²⁶ As relações desencadeadas pelos Pan-Africanistas em Congressos e movimentos realizados na Europa na primeira metade do século XX aponta para a releitura e compreensão das representações, imagens e sociedades em África. Entretanto, ainda nesta linha, mais aprofundadamente o início das reivindicações por independência, mesmo ao molde das elites africanas, em uma escala global, realizou uma virada brusca no sentido do protagonismo africano e do lugar da África no globo.

Este processo veio de encontro com as discussões travadas nos Congressos Pan-Africanistas, onde tivemos em 1945 o quinto deles, em que se reuniram diferentes e importantes futuros líderes políticos africanos relacionados às independências dos países africanos que ocorreriam logo em seguida²⁷. Esse período do tempo social demonstrou no mundo uma nova perspectiva de entender os processos africanos de construção cultural, política e econômica; e da mesma forma um contato mais forte e latente com aquilo que o globo e como as sociedades que ditavam regras, em escala global, os enxergavam.

Léopold Senghor, Aimé Césaire, Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba, Cheikh Anta Diop, entre outros, foram importantes líderes políticos desse processo²⁸, que gerou impacto inclusive naquilo que Trouillot chama de “área de poder” no terreno da História²⁹. O desenvolvimento de abordagens que iniciaram o curso de se pensar a África como um espaço de conhecimento frente aos discursos e formas de racionalidade eurocêntricos foram fundamentais para que o terreno da História da África pudesse se dissipar do lugar de espaços dominados pela manutenção do “silêncio”.

Logo depois, pudemos perceber o florescimento de abordagens que se construíram de forma crítica aos pensadores da década de 1950 e 1960, mas que tiveram, sobretudo, um aporte fundamental no conhecimento que deles beberam como fonte. Isto fez surgir os trabalhos pós-coloniais, que desenvolveram um processo de elaboração do conhecimento a partir da experiência do colonialismo em suas diferentes facetas, mormente frente à dominação, tanto nos espaços asiáticos quanto nos africanos.

²⁷ Em 1945, um líder de Trinidad organizou na cidade de Manchester o V Congresso Pan-Africano, no qual foi aprovado um lema que mostrava bem o objetivo do movimento: “Resolvemos ser livres; povos colonizados e subjugados do mundo inteiro, uni-vos”.

²⁸ Um pouco mais da história desses personagens podem ser vistas em: MACEDO, José Rivair (org.) *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

²⁹ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Op.cit.* 1995

Estes últimos fincaram conhecimentos não só pela temporalidade epistemológica a qual estavam alocados, mas bem como por conta de se fazer a crítica à geração anterior e inferir em seus estados as particularidades e novas formas de se pensar que o terreno do Sul poderia lograr. Um dos grandes autores que estream nessa vertente foi Edward Said a partir da perspectiva do “orientalismo”³⁰.

Apesar das diversas críticas feitas por autores africanos pós-coloniais³¹, foi necessário perceber a importância política e epistemológica desempenhada por esta geração, pois dentro dos cinquenta primeiros anos do século XX, colocou-se, assim, a África em um diferente local na “área de poder”, apesar de participar do jogo de relações de construção de um novo paradigma a ser inserido nos espaços institucionais universitários nos Estados Unidos e na Europa.

As principais preocupações dos autores que são originários desta vertente pós-colonial, mesmo os que tentam a desconstrução das formulações dos paradigmas, era a “romantização” da África em seu caráter político, não apresentando as nuances de uma elite que se perpetuou no poder mesmo com o domínio colonial. Além disso, foram criticadas as relações simplistas e dicotômicas entre africanos e europeus e a naturalização de um nativismo que elucidaria um “primitivismo” ou “selvageria” em África, levando ao cenário cristalizado da ideia do “tradicional”.

Com isso, podemos considerar que no Brasil, apesar dessas enormes discussões, a política do Estado Novo estava se encerrando e o país passava por um limiar democrático a partir de 1946, onde se demonstrava que o entendimento e os estudos sobre a “questão negra” eram muito latentes. Entre os anos de 1940 e 1950, alguns

³⁰ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³¹ Alguns desses autores africanos que desenvolveram estudos a partir desse lugar epistemológico, são: Anthony Appiah, Achille Mbembe e Elísio Macamo.

autores se debruçavam sobre a problemática; porém com um olhar muito distinto daquele da herança dos estudos que endossavam a “democracia racial” no país³², procurando um engajamento social contra a marginalização e críticas com relação à política de enbranquecimento.

Não obstante, é necessário destacar que o desenrolar das discussões no mundo, fizeram com que no Brasil uma comitiva organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) pensasse em diferentes estudos sobre a “herança” e “tradições” africanas no país, no curso de ações que forneciam informações a partir de pesquisas sobre a cultura afro-brasileira e as relações raciais no Brasil³³. Foi especialmente na década de 1950 que a questão racial despontou como elemento crucial para se entender a desigualdade e a formação brasileira a partir de uma abordagem mais crítica, inclusive se espelhando naquilo que ficou consolidada como a “África imaginada”.

Autores como Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos e Manuel Quirino, por exemplo, se mostraram desde esse período aliados aos discursos pan-africanistas, como apresentaram seus estudos debruçados no tempo sócio histórico de quilombos, no teatro experimental do negro, etc. A luta antirracista passava a ser inserida em um quadro epistemológico que exigia que os intelectuais perfizessem um novo percurso para que se pudesse compreender a África no Brasil. Não podemos esquecer dentro dessa esteira, os processos de muitos outros estrangeiros que começaram a produzir sobre a

³² Alguns dos estudos desses autores são: NASCIMENTO, Abdias do. (org.), *O negro revoltado*, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1982; RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1957; CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos*. Rio de Janeiro, 1964. Diferentemente dos trabalhos realizados na esteira de Gilberto Freyre, onde se endossava o mito da democracia racial, a cordialidade e a convivência pacífica de negros e brancos no Brasil; estes estudos possuem um viés que tratam o assunto pela égide do conflito e das relações de poder engendradas desde o Brasil Colonial.

³³ Estas pesquisas são apontada em: MAIO, Marcos Chor. *O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.14 n.41 São Paulo, Oct. 1999.

representação e representatividade da formação africana no Brasil, exemplificadas nas obras de Pierre Verger e Carybé³⁴.

Neste período, a historiografia pareceu percorrer outro tipo de caminho, apontado pelos intelectuais citados, quando se tratava da questão da escravidão e dos processos desencadeadores dos estudos sobre a “questão negra” no Brasil. Contudo, não foi este caminho que se proliferou. As bibliografias dos cursos de História ainda pareciam estar cheias dos clássicos eurocêntricos e que ainda desconsideravam determinadas problemáticas como a África enquanto um lugar ativo e duto de formações sociais importantes, acima de tudo, vistas a partir da sociedade brasileira.

O desenrolar desse tempo social conjugou em paralelo as formas de poder hegemônicas do paradigma vigente na esfera acadêmica que reproduziram a partir da sociedade um ideal de estudo e de Academia que se imaginava dentro do espaço do “livre pensar”. Trouillot nos lembrou que as relações de poder constituintes no recinto da escrita da História estão permeadas pelas noções de marginalização e reprodução do poder³⁵ que igualmente esteve inserida na sociedade onde aquele estudo foi pensado pelo seu próprio autor. Isto desencadeou a dificuldade de se compreender e enxergar a importância de outras histórias.

Portanto, apesar dos processos constituídos por autores, de forma pontual, porém significativa já nos anos 1950, o modelo eurocêntrico de Academia continuou prevalecendo, dando-nos possibilidade de enxertar estudos sobre a escravidão, como acontece *a posteriori*, com autores que faziam manutenção do mesmo lugar discursivo

³⁴ Essas criações artísticas podem ser encontradas em: Orixás, Livraria Turista, Coleção Recôncavo, Salvador, vol. 10 [dessins Carybé, texte Pierre Verger]. Progresso, 1955; Dieux d’Afrique. Culte des Orishas et Vodouns à l’ancienne Côte des Esclaves en Afrique et à Bahia, la Baie de Tous les Saints au Brésil, Paris, éd. Paul Hartmann, [préfaces Théodore Monod, Roger Bastide], 1957; «Culture africaine, élément de stabilité intérieure chez les descendants d’Africains déplacés au Nouveau Monde», Présence africaine, Paris, nouvelle série, XXIV-XXV (n° spécial), fév.-mai, p. 292-298.

³⁵ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Op.Cit.* 1995.

dos seus antecessores. Isto significou um projeto que se instaurou naquilo que possui ligação com a universalidade da Ciência dentro do paradigma eurocêntrico, ideia ainda muito buscada e reafirmada pelos autores nesse tempo³⁶.

As histórias desviantes, pertencentes a estruturas sociais “diferentes” ainda estavam sob a alçada ou da Antropologia ou de intelectuais que brigavam com um grande coro de outros estudiosos que se interessavam pela manutenção do domínio do poder epistemológico entre si, dentro de seu próprio grupo. Houve as histórias que tampouco chegaram a nós, porque guardavam em si aspectos divergentes da Verdade, mas que foram comuns de se perceberem em outros espaços sociais que não foram considerados.

Em finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, outras abordagens e necessidades se fizeram presentes nas universidades brasileiras para que se pudesse adentrar ainda mais à zona dos estudos sobre África. Este período foi marcado pelo desenrolar das independências dos países africanos e da organização e início da escrita de uma coleção que seria importantemente marcada na história da historiografia sobre a África em todo mundo: a História Geral da África³⁷. O Brasil não ficaria de fora, apresentando o desabrochar de estruturas universitárias que vão começar a compreender a África descolada da “questão negra”; mas ainda, por muitas vezes, atrelada à ideia do desenrolar da escravização³⁸.

³⁶ Um pouco dessa ideia foi trabalhada em: BARBOSA, Muryatan. *Eurocentrismo, história e história da África*. Sankofa. São Paulo, v. 1, nº 2, 2008.

³⁷ Um pouco do desenrolar dessa abordagem pode ser encontrada em: CURTIN, Philip. *Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história da África em geral*. In.: KI-ZERBO, J. (org.) História Geral da África. Vol I. Metodologia e Pré-História da África. Brasília: UNESCO, 2010.

³⁸ Estas ideias são apresentadas em: ZAMPARONI, Valdemir. *Os estudos africanos no Brasil: veredas*. Rev. Educ. Pública, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995; ZAMPARONI, Valdemir. *África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro*. Cienc. Cult., vol.59, n. 2, São Paulo Abr/Jun, 2007.

O processo de emancipação dos países africanos já estava em debate inclusive nos Congressos Pan-Africanistas. Os detalhes e nuances que se deram em diferentes locais da África fizeram com que os futuros Estados Nações dessem particularidades a sua formação a partir dos diálogos que haviam se dado dentro dos determinados espaços-tempo. Entretanto, podemos considerar que os fins dos anos 1950 e os anos 1960 foram o período dos conflitos para as independências e para os seus acordos, estendendo-se esta conjuntura até os anos 1970 quando ainda percebíamos alguns despontares independentes, como na área de influência colonial portuguesa, no Camarões, Zimbabwe e Eritreia.

O desenrolar da insurgência política e das reconstituições políticas em África a partir da ideia de “nacionalidade” frequentemente pensada sob a ótica da questão negra, da negritude e do pan-africanismo; abriu caminho para que se reconhecesse a partir da figura de muitos líderes africanos e intelectuais do continente que já atuavam na Europa, a necessidade de se construir uma história a partir da “perspectiva africana” – ou seja, uma episteme endógena. Neste ponto, foi crucial o desenrolar de um paradigma que, a partir da construção idealizada por Ki-Zerbo³⁹, deu não só uma mudança das formas de se pensar a África; mas onde se resultou no produto e organização da coleção História Geral da África.

Por este ângulo, como apontou Muryatan Barbosa⁴⁰, a ideia a partir do encadeamento de elaboração da coleção era fortificar um cerne não eurocêntrico que permeava as narrativas sobre a África desde pelo menos a chegada dos europeus no litoral africano, dando subsídios no século XIX para a legitimação de sua dominação

³⁹ KI-ZERBO, J. *Introdução Geral*. In.: *História Geral da África: I, Metodologia e pré-história da África*. São Paulo. Ática, UNESCO, 1982.

⁴⁰ BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2012.

pelas potências europeias. A coleção, por isso, até ser publicada pela primeira vez, na década de 1970, fez ressonância dentro dos espaços universitários, exercendo a proeminência de uma história da África feita pelos africanos. Ainda assim, os volumes seriam somente acessados na Europa em sua primeira edição.

A despeito desse movimento, em se tratando de Brasil, a coleção só nos chegou pela primeira vez em língua portuguesa nos anos 1980, com apenas quatro volumes dos oito que formam a sua totalidade, o que demonstra a relação do tempo social com o tempo da escrita da história, mais uma vez pensado pela ótica de Trouillot⁴¹. Não se fazendo esquecer que se tratava de um país com mais de 300 anos de escravidão, a possibilidade em falarmos sobre África era ainda de pouca importância e visto como um perigo, sem dúvida; visões que estavam coligadas e intimamente relacionadas aos desencadeamentos africanos advindos da escravidão.

Nesse ínterim, como impacto das políticas e também das transformações sociais que estavam ocorrendo de forma epistemológica no mundo, devemos considerar como fundamentais as formações dos Centros de Estudo sobre África no Brasil, onde três foram aqueles que concentraram de forma duradoura e institucional as pesquisas e estudos durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Modelo que adveio da institucionalidade norte-americana baseada no *Area Studies*. Ainda hoje ocupam lugar de destaque e congregam especialistas importantes para a abertura da mudança de filosofia do saber que se deu desde então.

Em 1959, foi fundado o Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade Federal da Bahia; em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA)

⁴¹ TROUILLOT, Michel Rolph. *Op.cit.* 1995.

ligado ao Poder Executivo Federal e que foi extinto com o Golpe de 1964⁴². Além desses, podemos destacar a fundação do Centro de Estudos e Cultura Africana, em 1963, hoje denominado de Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo; e igualmente o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, em 1973, na Universidade Cândido Mendes, como um herdeiro do IBEEA⁴³.

Os Centros de Estudo se consolidavam na esfera acadêmica como lugares de discussão sobre a África e se constituíram dentro daquilo que Ki-Zerbo pregava enquanto modelo para a formulação de estudos sobre as sociedades do continente: a interdisciplinaridade⁴⁴, questão que permeava e fazia diálogo com diferentes áreas do conhecimento nos próprios textos da coleção História Geral da África. Além disso, a consideração acerca das vozes africanas foi um ponto importante para que se pudessem começar a reorientar os estudos incipientes sobre a História da África no Brasil.

Um fator que deve ser considerado a partir dos anos 1970 foi a extrapolação dos fenômenos sociais organizados que estavam se dando na sociedade brasileira. A inserção de um fator constituinte para a história do que viria a ser a historiografia e a importância da História da África no Brasil se deu de forma fulcral tanto

⁴² ZAMPARONI, Valdemir. *Op.cit.* 2007.

⁴³ Um pouco mais da história desses Centros pode ser encontrado em: MUNANGA, Kabengele. Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo: número especial, 2012, p. 11-30; OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010; PEREIRA, José Maria Nunes. Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991; PEREIRA, José Maria Nunes. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados Universidad Nacional de Córdoba, 2008; PEREIRA, Marcia Guerra. História da África, disciplina em construção. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2012.

⁴⁴ KI-ZERBO, J. *Introdução Geral*. In.: *História Geral da África: I, Metodologia e pré-história da África*. São Paulo. Ática, UNESCO, 1982.

epistemologicamente, quanto politicamente: a luta dos movimentos sociais, em particular do movimento negro para este caso.

Desde a década de 1960 que, em sua maioria por influência do movimento negro norte-americano, a questão racial entrou com força nos debates políticos e nas reorientações de pensamento de alguns centros da Academia brasileira. Não podemos deixar de lado a importância da luta do movimento negro no Brasil, que fez com que artistas e intelectuais pudessem repensar as formulações epistemológicas, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais.

Este caminhar foi uma dura luta que apesar de congrega aspectos de uma África imaginada⁴⁵, que possuía relação com o passado mítico brasileiro, dentro da opressão escravista, fez surgir espaços importantes para o conhecimento: o lugar daqueles que vieram e faziam do Brasil o seu país, a partir do continente africano deveria ser repensada. Ou seja, havia em si na práxis que era elucidar uma questão de reparação que seria significativa para questões sociais e políticas públicas que vão surgir no país mais à frente, a partir dos anos de 1990.

Todavia, com isso, muitos estudos, ainda dentro de uma historiografia já consagrada nas universidades e com mecanismos e abordagens do pensamento eurocêntrico, estudaram as possibilidades de pensar na atividade da escravidão e também dos negros no período do passado brasileiro. A partir dos anos 1980, acima de tudo, as ideias acerca das questões culturais⁴⁶ e dos lugares e posições dos negros no

⁴⁵ Esta expressão está sendo utilizada pensando nas variantes Áfricas que foram construídas ao longo do tempo a partir das representações feitas deste objeto no Brasil. “África imaginada” esteve muitas vezes relacionada à ideia das ressignificações dadas politicamente, sobretudo, pelo movimento negro no país. Esta ideia vem centralizada a partir de um unanimismo cultural, a ilusão de valores e signos coesos e a formação de um mito. Para mais, ver: AZEVEDO, Amailton. *Qual África ensinar no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Revista da PUC-SP, 2016.

⁴⁶ Muitos estudos ganharam este teor a partir de vieses como podem ser vistos em: VAINFAS, R. *História cultural e historiografia brasileira*. 218. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.

Brasil passam a ser trabalhados com outros instrumentos metodológicos como a história oral⁴⁷.

Até o início dos anos 2000, assim como considerou Dagoberto da Fonseca⁴⁸, os estudos sobre a África na área de História e nos espaços educativos em geral estavam vinculados não só a questão da escravidão, mas ainda sobre aquilo que muitos historiadores começaram a perceber como “questão atlântica”. Foi na década de 1990 que estudos sobre o tráfico e as passagens forçadas dos escravizados pelo Atlântico se fizeram conhecidas no meio acadêmico, pelos estudos mais profundos da questão nas universidades europeias e norte-americanas no final dos anos 1980 e início dos 1990; e por conta do surgimento e acesso às fontes de forma mais precisa pelos historiadores.

Este procedimento fez coroar estudos que tiveram impacto na historiografia brasileira como o de Luis Felipe de Alencastro que nos trouxe “O trato dos viventes”⁴⁹. De todo modo, o que foi mais significativo foram as primeiras obras feitas em universidades, que são consideradas como centro de referências no Brasil, sobre a história da África propriamente dita, como aponta Vanicléia Santos⁵⁰. Dentre nomes que estavam nesse conjunto podemos destacar os trabalhos de Selma Pantoja, Marcelo Bittencourt, Valdemir Zamparoni e Leila Hernandez.

Ainda nos finais dos anos 1990, alguns professores que se dedicavam a história da escravidão e ao tráfico de escravos no Atlântico começaram a migrar suas pesquisas para o mundo africano. É o caso de Marina de Mello e Souza do Departamento de

⁴⁷ Alguns desses estudos tiveram impactos em pesquisas como: JANOTTI, Maria de Lourdes & QUEIRÓZ, Sueli. *Memórias da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo*. São Paulo, Revista da PUC-SP, 1988.

⁴⁸ FONSECA, Dagoberto José da. *A História, o africano e o afro-brasileiro*. Cadernos de Formação - Pedagogia Cidadã, UNESP-PROGRAD, v. 01, n.01, p. 57-68, 2004.

⁴⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁰ SANTOS, Vanicleia S. *Op.cit.* 2012.

História da Universidade de São Paulo e de Mariza de Carvalho Soares, professora da Universidade Federal Fluminense. Este fenômeno, como apontou Marcia Guerra, foi igualmente fruto da maior atenção que a África começou a receber dentro dos estudos históricos a partir do início dos anos 2000⁵¹.

Assim como afirmou Dagoberto da Fonseca⁵², entender a África a partir de 2003, e, outrossim, tendo como ponto inicial este marco legal que nos ajuda a pensar numa África não somente mais para a Academia, mas igualmente para a Educação Básica, foi elementar por conta de toda esta trajetória e percepção acerca de como a História da África chegou ao Brasil e desembarcou em nossos cursos de História.

Indo por outras vias a serem consideradas, a História da África foi uma demanda muito anterior, como afirma o pesquisador, advinda de uma luta social e política, que inclusive foi necessária à comunidade acadêmica quando se viu a frente de conhecimentos que nunca tinham parado para refletir. Isso demonstra que até chegarmos à História da África tivemos um longo trajeto e de que este pequeno presente de modificações ainda é um exercício primário ao que se há pela frente.

Movimento pendular: a área dos Estudos das Relações Étnico-raciais e a História da África no Brasil

A contribuição acadêmica e política dos estudos que se consolidaram acerca das Relações Étnico-raciais no Brasil para o desenvolvimento da História da África foi de

⁵¹ PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África, disciplina em construção*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2012.

⁵² FONSECA, Dagoberto José da. *Op.cit.* 2004.

um movimento pendular. Abraçando a ideia de Lívio Sansone⁵³, devemos considerar um exercício de conjugação do binômio “tradição” e “modernidade”.

Já com a atuação dos três centros de estudos citados, muitos pensadores continuaram produzindo acerca de África sob o prisma da questão da raça no Brasil. Isto fez com que muitos estudiosos brasileiros continuassem uma linha que fez desmoronar toda a égide perpetrada pelos estudos que se iniciaram em finais do século XIX e início do século XX, onde um racismo científico se fazia presente na Academia de forma a transparecer nos seus produtos de pesquisa este viés.

Mariana Schlickmann desenvolveu uma cronologia historiográfica que desempenhava a superação de uma geração que se colocou sobre essas questões pós 1950⁵⁴. Tendo as publicações dos Centros de Estudos Africanos de referência existentes no Brasil, colocou-se aos olhos do leitor as nuances que as revistas, em seus artigos e traduções, detinham acerca da produção pequena que os brasileiros faziam refletindo sobre a África.

Porém, como apontou Sansone, muito se desenvolveu acerca dos escravizados e seus vínculos com África também nesse período (pós 1950)⁵⁵. Podemos pensar que de cunho religioso, a partir dos anos 1950, diversos trabalhos se debruçaram para compreender a herança africana na Bahia; resultando mais a frente em obras como a de Pierre Verger. Neste entrelace, o movimento social negro fez ecoar outras preocupações que o universo acadêmico tomou para si quando a questão do sujeito se tornou a ordem da vez nas correntes teóricas das Ciências Humanas, tendo como maior visibilidade os anos 1970 e 1980.

⁵³ SANSONE, Lívio. *Um Campo Saturado de Tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, p. 5-14.

⁵⁴ SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos. 1959 -1987*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2015.

⁵⁵ SANSONE, Lívio. *Op.cit.*

Porém, o pendulo se dá justamente entre o que a África viria a ser aos olhos dos docentes que viriam a compor sua área de pesquisa, no terreno histórico, muitos anos depois, como veremos logo a frente. Buscar uma tradição era reverberar a base que se endossava nos Estudos das Relações Étnico-Raciais. Por outro lado, buscar a modernidade era falar de uma África complexa, diversa e pluricultural; que muitas vezes não cabia nas representações feitas sobre o continente, tanto na Academia como no movimento social negro, devido a sua busca pela identidade singular.

Deu-se assim, portanto, diferenças que vieram a se consolidar quando a História da África se afirmou enquanto lugar de interesse e oportunidade para docentes dentro do espaço universitário. Com isso, a relação com a história dos estudos étnico-raciais se alocou por conflitos e distanciamentos que se abraçam com as relações de poder e das ausências de consenso por espaços, disciplinas e projetos de saberes.

Percursos de uma historiografia em meio aos paradigmas eurocêntricos

Dado o caminhar historiográfico que percorremos, os exercícios de constituição de uma área de História da África no Brasil se mostram muito recentes por diversos motivos. A complexidade da trajetória dos Estudos Africanos, em uma posição global, salienta um percurso construído a partir da resistência e do enfrentamento de formas de conhecimento que foram abafadas pelos discursos e olhares eurocêntricos.

Assim como mostra Trouillot para o caso do Haiti, e até um pouco mais largamente quando pensamos os negros-africanos na diáspora, podemos considerar essa ideia quando tratamos de historiografia sobre a África no Brasil, visto que foi

extremamente político um “silenciamento” dado aos estudos que temos a níveis de questões raciais, aos processos e estratégias marginalizadoras das políticas públicas e os espaços de penetração que a África obteve nas abordagens pedagógicas tanto na Educação Básica quanto no ensino universitário.

Portanto, devemos salientar que o processo do tempo social esteve relacionado ao espaço em que as medidas de formulação do conhecimento e engendramento da historiografia foram pertencentes. Isto demonstrou que as localidades inseridas dentro de seu tempo reforçaram e reproduziram aspectos que vão gerar os “silenciamentos” tal qual como nos recordou Trouillot.

Um desses aspectos diz respeito ao espaço do conhecimento, ou seja, de que forma entender que sociedades africanas no meio universitário foram sendo esquecidas, sem direito à memória e História? Isto quer dizer refletir sobre novas e outras formas de se conceber a racionalidade, pois dentro da esfera do conhecimento legítimo a única possível se pautava pelo gatilho e concepção do eurocentrismo e de sua forma de enxergar o mundo e as sociedades que a ele se subjugavam.

Outro ponto a ser considerado foi o espaço institucional em que se fez pesquisas. Esse terreno constituiu conhecimentos e gerou adubo nas formas de valorizar intelectualmente os aspectos “válidos” para os estudos, apesar de igualmente eurocêntrico. Quer dizer que a Academia, pensando em uma estrutura de maneiras de lidar com o conhecimento, fez com que o eurocentrismo se tornasse seu Norte, em detrimento da pluralidade e das diversidades que o conhecimento é capaz não só de elucidar, mas identicamente de se expressar.

Com isso, podemos deprender que várias formas de saberes e meios para a produção de conhecimentos se mantiveram “marginalizados”. Isso indica uma

historiografia que foi sendo vista a partir das brechas por ocupar um local que não era central, não desempenha uma preocupação notória meio aos estudiosos. Apesar disso, a trajetória feita até o momento ainda demonstra um espaço de conhecimento “tangencializado” onde as formas de se entender África possuem lugares delimitados e ainda pouca penetração, visto que a sua história parece ser enganosamente muito recente.

O tempo historiográfico da África entre 2003 e 2016

A elaboração de estratégias recentes para a inserção da História da África nos currículos universitários foi de encontro com as formas de desenvolvimento das ações engendradas a partir da lei 10.639/03. Contudo, é necessário salientar que essa repercussão foi fortemente abraçada pela Academia no intuito de desenvolver estudos que antes estavam ou concentrados em ações pontuais ou em alguns centros dentro dos espaços universitários, como vimos anteriormente.

Algumas das universidades que serão analisadas aqui a partir dos seus Programas de Pós-Graduação em História iniciaram esta intenção anteriormente ao ano de 2003. É o caso da Universidade de São Paulo (USP) que em finais dos anos 1990 já havia uma disciplina de História da África na grade de suas optativas para a Graduação.

Ao nível que professores foram se especializando e a área foi tomando corpo, outros docentes, muitos deles oriundos dos estudos sobre escravidão e tráfico transatlântico começaram a migrar para a formação de docentes que se enquadraria nas novas disciplinas de História da África. Aliado a este processo, a demanda de alunos e

de professores licenciados atuantes nas escolas e que voltaram a universidade para buscar conhecimento sobre este assunto foi muito importante para a organização dos novos facilitadores na temática.

A partir disso, sem pensar ainda a ideia da construção de uma historiografia relacionada ao tema nesse período, muitos cursos de especialização foram surgindo aos moldes do que era oferecido pelo Centro de Estudos Africanos da USP ou então do curso de especialização em História da África e Cultura afro-brasileira como pensado na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Diversos professores da Educação Básica aproveitaram esse transcurso para se conectar com o tema.

Porém, em paralelo, o início dessa trajetória de construção da disciplina, como apontou Marcia Guerra⁵⁶, pôde ser vivenciado pela experimentação e afirmação de novas historiografias que começaram a adentrar de alguma forma os cursos de História no Brasil. Foi, até que se fosse instaurada uma bibliografia básica, um exercício de movimentação dos professores na busca de novos materiais e da confecção de muitos outros que foram prioritariamente realizados para os educadores das escolas.

Neste caso podemos citar, por exemplo, os livros “África na sala de aula”⁵⁷ que foi desenvolvido pela professora Leila Hernandez da Universidade de São Paulo e a obra “África e Brasil africano”⁵⁸ de um ano depois, da professora Maria de Mello e Souza, da mesma instituição.

Seguindo o curso da maré, muitos desses livros serviram de base para professores que muitas vezes tinham um conhecimento não tão aprofundado acerca das sociedades africanas e suas dinâmicas, visto que migraram de outras áreas e começaram

⁵⁶ PEREIRA, Marcia Guerra. *Op.cit.* 2012.

⁵⁷ HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

⁵⁸ SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

a desenvolver pesquisas e arcabouços de material *pari passu* ao momento de oferta da disciplina.

Podemos considerar que dentro da cronologia em que estamos trabalhando, outras obras foram semelhantemente importantes. Tinham caráter geral, além de tratar da história de uma forma factual, quando pensamos obras de cunho manual e mais generalizantes. Ainda parece ser um desafio elencar textos e possibilidades de trabalhos que tenham feito uma discussão que possa enriquecer debates historiográficos e que tenha um refinamento mais detalhado que não fosse um contato profundo com os textos e “verdades” das fontes.

Entretanto, nesse tempo historiográfico, esses autores foram fundamentais para que os alunos e professores pudessem despertar em si novas possibilidades de leituras e angariar mais informações, são eles: a coleção da História Geral da África (os volumes que estavam traduzidos em português e disponibilizados em formato virtual), os manuais de Alberto da Costa e Silva (“A manilha e o libambo” e “A enxanda e lança”) e os volumes de Elikia M’Bokolo, “A África negra”.⁵⁹

Devemos considerar que na temporalidade historiográfica, a abordagem em língua portuguesa do Brasil dificultava, como ainda hoje, o diálogo e conexão dos estudantes para com a temática. Este local de “silêncio” ainda nos agride com relação ao direito e ao projeto de desenvolver outras epistemes, desencadeando o que se levou aos anos atuais.

⁵⁹ As referências mais detalhadas dessas obras são: *História geral da África*. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010; SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011; SILVA, Alberto da Costa e. *A enxanda e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011; M’BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. Além desses manuais, podemos citar a obra de Regiane Mattos como referência na abordagem geral sobre África: MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

O tempo social para a formação da História da África

Desde 2003, a lei 10.639/03 somou esforços às demandas realizadas pelos movimentos sociais e pela luta política travada e pautada na importância do conhecimento acerca da África no Brasil. O despontar parece-nos recente, mas assim como elucidado, faz parte de uma trajetória longa e importante para diferentes setores sociais.

O marco legal ressignificou no Brasil o olhar e os pensamentos sobre a História da África e a cultura afro-brasileira. A obrigatoriedade do ensino dessas temáticas na Educação Básica não mexeu unicamente com as escolas, mas também com as universidades. A institucionalização deste tipo de ensino fez com que muitos grupos da sociedade começassem a repensar as ideias de “tradição” e “herança” que nos foram legadas até então a partir do prisma de uma nova ótica.

É necessário ressaltar que o desejo de cumprimento da lei 10.639 pelo espaço das escolas gerou nas universidades uma discussão grande de realocação, possibilidades e disputas acerca de um currículo que ainda hoje se mostra eurocêntrico em diferentes pontos de sua formulação e prática. A questão foi que as demandas sociais foram grandes e fizeram com que dentro da Academia se pudesse ter a partir de então um descortinar significativo não só de professores, mas de novos formadores e novas pesquisas sobre a História da África.

Devemos considerar, portanto, assim como apontou Dagoberto José da Fonseca a lei 10.639 como um lugar de partida e não como um cerne de chegada⁶⁰, onde a luta do movimento negro e de outras vozes dissonantes na sociedade brasileira fizeram com

⁶⁰ FONSECA, Dagoberto José da. *Op.cit.* 2004.

que o ensino de história da África se tornasse obrigatório, antes mesmo de ter uma disciplina. Casos especiais podem ser destacados, onde a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal da Bahia já possuíam algumas disciplinas de forma optativa nos anos de 1998 e 1999, respectivamente⁶¹.

A lei não garantiu de imediato o processo de institucionalização de uma disciplina como nos apresentou Marcia Guerra⁶². Este desenrolar iria ocorrer *a posteriori*. Todavia, as formulações de políticas públicas e de ações sociais no espaço brasileiro ajudaram e contribuíram na manutenção da regra em que se estava sendo estabelecida a partir da lei 10.639. Este diagnóstico pôde ser encontrado em diversas fontes jornalísticas e através de documentos oficiais que nos levaram a pensar uma relação mais estreita com a África não só na esfera do conhecimento, como nos mecanismos políticos e nas intensas trocas reverberadas nas políticas públicas, assim como nos apontou Vanicléia Santos⁶³.

A partir de então, sobre o impacto da lei, a geração de maiores especialistas sobre o tema ganhou corpo. A necessidade de formar professores que soubessem tratar das sociedades africanas nas escolas fez com que a área de História ganhasse formadores que tivessem vínculo com o tema. Este movimento deu origem a contratação de professores específicos, que em muitos casos tinham se formado apresentando trabalhos de natureza que possuíam vínculos com a escravidão. Contudo, a progressão desse caminho gerou pesquisadores específicos sobre a história da África que também iriam ocupar esses espaços. De certa forma, conseguiu-se transformar de

⁶¹ Estes dados são encontrados em: SANTOS, Vanicleia S. *Op.cit.* 2012.

⁶² PEREIRA, Marcia Guerra. *Op.cit.* 2012.

⁶³ SANTOS, Vanicleia S. *Op.Cit.* 2012.

maneira mínima a composição da oferta das disciplinas dentro dos centros universitários⁶⁴.

Conjugar esta estratégia legal ao seu pano de fundo sócio-político é fundamental para que possamos fazer análises posteriores acerca dos dados que serão apresentados nesse trabalho. Desde pelo menos final dos anos 1980, sob a configuração da Constituição de 1988, a abordagem acerca das relações com a África e também sobre a população negra no país estava se modificando, muito fruto das demandas sociais e novas abordagens dentro dos universos acadêmicos. Este fato pode ser comprovado com a criação da Fundação Cultural Palmares, em agosto do mesmo ano da promulgação da Carta Magna.

Desde então, as políticas públicas de fortalecimento tiveram momentos de oscilação dependendo dos governos vigentes no país. Entretanto, as abordagens e referências ocorridas a partir de 2003 parecem significativas no campo social, quando pensamos em África no Brasil.

Inicialmente, ainda antes desse período no qual nos debruçamos, devemos destacar a formação da união dos países de língua portuguesa no mundo, desencadeando relações exteriores que ligavam o Brasil aos países de língua oficial portuguesa, assim aproximando laços, a partir de 1996, com Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde⁶⁵. Esta iniciativa veio demonstrar não somente afinidades, mas valores e referências que inicialmente eram compartilhados a partir de uma língua

⁶⁴ Este fato pode ser visto a partir das seguintes fontes: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/215-noticias/568057805/15612-universidade-abre-polo-para-curso-sobre-historia-da-africa-e-m-mato-grosso?Itemid=164>, Acessado em 15 de março de 2017; <http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/05/23/unilab-comemora-tres-anos-de-inauguracao-e-dia-da-africa/>, Acessado em 15 de março de 2017; <http://site.anpuh.org/index.php/mais-rj/publicacoes/concursos-e-selecoes-rj/item/2727-concurso-para-professor-efetivo-universidade-federal-fluminense>, Acessado em 15 de março de 2017.

⁶⁵ Este fato pode ser visto a partir da seguinte fonte: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=2891¤tPage=8&M=News V2&PID=10872>, Acessado em 20 de março de 2017.

colonial; mas que fazia referência às trocas existentes culturalmente nesses países e a importância histórica que desempenhavam um para o outro.

Em seguida, já nos anos 2000 tivemos a abertura das Ações Afirmativas com relação à população negra no país dentro das estruturas universitárias, onde podemos destacar um caso emblemático, tratando primeiramente de uma Universidade Federal, o exemplo da Universidade de Brasília em 2004, causando repercussões inclusive com aferições de intelectuais que deveriam opinar sobre a questão, reivindicando por meio da difusão e conhecimento sobre a História da África e cultura afro-brasileira fatores primordiais de seu embasamento⁶⁶.

O exemplo deste caso pode ser comprovado em um parecer de Luís Felipe de Alencastro sobre esta proposta na inclusão das cotas nos cursos da Universidade de Brasília (UnB)⁶⁷. Não se tratando somente de uma abordagem histórica, o parecer dissecava a importância da História da África no Brasil a partir da ideia de “cidadania” e como esta foi marginalizada à população negra no país e como isso gerou formas de inscrever, usando aqui termos de Achille Mbembe⁶⁸, as criações e contribuições dos africanos no país como locais de “cultura popular”, “folclore” ou distanciamento necessário, acima de tudo por conta de uma política de embranquecimento em certo período histórico institucionalizada pelo Estado.

A partir desse mesmo tempo, a política engendada nos primeiros anos do mandato do presidente Lula criou maiores laços com outros governos africanos. A abertura de embaixadas e consulados no país incrementou e fez com que houvesse

⁶⁶ Este fato pode ser visto a partir da seguinte fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/08/acoes-afirmativas-estao-em-714-das-universidades-publicas-diz-estudo.html>, Acessado em 23 de março de 2017.

⁶⁷ Este fato pode ser comprovado a partir do parecer de Luis Felipe de Alencastro encontrado em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro>, Acessado em 23 de março de 2017.

⁶⁸ MBEMBE, Achille. *Op.cit.* 2001.

maior representatividade das políticas de outros povos africanos no Brasil⁶⁹. Esses processos relacionados à política externa brasileira foram conjuntamente avançando a partir de acordos de cooperação que não ficaram restritos somente ao meio econômico ou político, abrangendo identicamente as esferas universitárias, com uma abertura para intercâmbios e participações de estudantes africanos no Brasil, como é o caso dos alunos PEC-G⁷⁰ (Programa de Estudantes de Convênio com a Graduação).

A maioria dos estudantes que fizeram parte desse programa veio de países africanos que possuem a língua portuguesa como idioma oficial. Entretanto, esse procedimento não era uma regra o que fez com que outros países fossem abarcados pelo projeto, fazendo com que a universidade também pudesse receber estudantes do Benin, Congo e Senegal, por exemplo.

Além disso, desde 2013, a legislação obrigou as universidades a aderirem ao sistema de Ações Afirmativas, reservando um percentual de vagas para negros e negras⁷¹. Este avanço demonstrou que o aumento do debate só contribuiu com a reformulação de políticas públicas na sociedade a partir de 2003, onde podemos destacar a profusão e o aumento da representatividade negra; apesar de termos que debater de que forma é feita, até dentro de veículos de comunicação e as suas configurações em diferentes espaços sociais.

Em paralelo aos entremeios que nos chegam através das experiências na sociedade brasileira, devemos levar em consideração o tempo da escrita da história e do

⁶⁹ Este fato pode ser visto a partir da seguinte fonte:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111017_diplomacia_africa_br_jf.shtml, Acessado em 26 de março de 2017.

⁷⁰ Este fato pode ser visto a partir da seguinte fonte: <http://br.rfi.fr/brasil/20160228-estudantes-africanos-miram-o-brasil-para-estudos-superiores>, Acessado em 26 de março de 2017.

⁷¹ Este fato pode ser visto a partir do Informativo lançado pelo Supremo Tribunal Federal, em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo663.htm>, Acessado em 26 de março de 2017.

fator influenciador dentro da área. A criação da disciplina História da África foi um ponto primordial para atentarmos para os dados que serão explicitados em seguida e que nos serviram de embasamento para determinadas orientações.

A História da África na temporalidade da universidade

A elaboração de uma proposta acadêmica na área de História para a cadeira de História da África foi uma constante mutação. Assim como afirmou Marcia Guerra⁷², a disciplina em construção foi um exercício de diálogo que permanece ininterrupto com a área de História e com aquilo que se denomina de Estudos Africanos. O interessante foi perceber que por mais que já tenhamos caminhado um longo percurso até este momento, ainda há muito que se abrir e pensar sobre o papel e o conteúdo desta disciplina nos cursos de História no Brasil.

Fato notório foi que em 2003, a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura afro-brasileira nas escolas propiciou e impulsionou diversas medidas nas universidades que foram ao encontro da expansão e extensão do ensino dos Estudos Africanos entre os cursos de Graduação nas universidades. Não parou por aí: as pesquisas e levantamentos de pesquisas nos Programas de Pós-Graduação, segundo Vanicléia Santos⁷³, aumentaram em números de trabalhos sobre a África, suas sociedades e criações artísticas; pelo menos na área de História.

Esse desenrolar é fruto *pari passu* de uma “ordem de instauração não planejada”. Assim como apontado anteriormente, os estudos sobre a África propriamente dita, pelo

⁷² GUERRA, Marcia. *Op.Cit.* 2012.

⁷³ SANTOS, Vanicleia S. *Op.Cit.* 2012.

menos no terreno da História, eram muito pequenos. Alguns historiadores, como Vanicléia Santos⁷⁴, apontaram que o incremento dos Estudos Africanos e dos estudos da História da África na Academia se deu com a implementação da lei, assim como pensado na esteira de Marcia Guerra⁷⁵, quando a lei igualmente adentra a universidade.

Este quadro a princípio nos apresenta a multiplicidade em que a História da África no Brasil está inserida, apesar de estar restrita a alguns temas, como pode ser conferido com os projetos que focam na África de pertença portuguesa no passado, ou que de alguma forma não se encontra ou não diz nada sobre a “África estética da miséria” que ainda permeia os veículos de comunicação e as falas do senso comum.

Através do crescimento da área e dos estudos, a História da África passou a se espessar nos cursos de História e nos Programas de Pós-Graduação da disciplina. Após a inserção de professores especializados na temática e o incremento das pesquisas, a definição do que deveria ser considerado como História da África, auxiliando no processo de uniformidade das disciplinas foi um fator essencial para que professores e alunos pudessem identificar bibliografias, autores e passagens cronológicas comuns.

Podemos, então, elencar como um ponto importante a ser considerado cronologicamente dentro das delimitações acerca da história da África no Brasil, a ocorrência de dois simpósios temáticos. O primeiro deles ano de 2009, na ANPUH (Associação Nacional de História) ocorrida na cidade de Fortaleza. Neste encontro, o corpo docente que pensava questões sobre as sociedades africanas ganhou dois espaços de diálogos que abraçavam seus fazeres e pesquisas.

Além dos instrumentos legais, outro marco importante para este quadro foi o encontro do Grupo de Trabalho de História da África na ANPUH de 2011, realizada na

⁷⁴ SANTOS, Vanicleia S. *Ib. Idem.*

⁷⁵ GUERRA, Marcia. *Op.cit.* 2012.

Universidade de São Paulo (USP). Neste tempo, diversos professores se reuniram para definir e unificadamente formular a partir de quadros acadêmicos e curriculares os assuntos e as temáticas importantes que deveriam constar e serem consideradas nas abordagens da História da África enquanto disciplina e como campo de pesquisa.

A importância neste ano foi a formulação do GT (Grupo de Trabalho) de História da África nos eventos bianuais da Associação, o que demonstrou a delimitação não exclusivamente de uma área em que professores e professoras estavam se amparando a partir de seu objeto de estudo, mas sim com a necessidade de se delimitar esse próprio objeto. A importância do GT foi fundamental para que se pudesse iluminar aquilo que poderia vir a ser considerado como História da África a partir das discussões e acordos de um grupo vasto de professores.

Este movimento foi medular para que professores ganhassem um respaldo e uma institucionalidade frente aos Departamentos de História dos grandes centros universitários do país, e igualmente por ter ficado claro que a partir das definições dos conteúdos e assuntos a serem abordados a ruptura com os estudos anteriores a partir daquilo que se via e se considerava como África foi reclassificado. Isto ocorreu por parte de um corpo docente que começou a ter mais acesso aos autores africanos em língua portuguesa, a mais produções, a maiores possibilidades de fomento de suas pesquisas e de maiores intercâmbios em viagens para participação em eventos e bancas que estavam se estruturando sobre História da África.

Para tanto, nesta cronologia, ocorreram três seções onde docentes consolidaram aquilo que consideravam como conteúdos pertinentes à História da África⁷⁶, delimitando e respaldando os seus próprios trabalhos, em um mecanismo político e

⁷⁶ As atas que apresentam a realização desses encontros podem ser encontradas em: http://www.anpuh.org/gt/view?ID_GT=19, Acessado em 31 de março de 2017.

epistemológico. Este momento recebeu ampla participação de professores de diferentes localidades do país, mostrando um *quórum* significativo para discussão, como pôde ser comprovado pelas assinaturas dos participantes na ata do último encontro que levou a cabo os conteúdos sobre a História da África em votação definitiva.

A princípio, os docentes formaram uma comissão formada pelos professores Valdemir Zamparoni (UFBA), Silvio Carvalliho (UFRJ) e Cristina Wissenbach (USP) que desenrolou os encontros a fim de organizar e manter o registro das atas que se tratam de importantes documentos para que possamos entender o processo que se deu nos dias de fundamentação da área da História da África. Alguns professores levaram em consideração a disposição e também os horários de outras atividades da ANPUH para que se pudesse realizar de forma efetiva os encontros e a decisão de maneira justa.

Na primeira seção, no dia 21 de julho de 2011, professores e professoras elencaram quais conteúdos, temas e ideias gerais que seriam de competência de um professor da disciplina de História da África em qualquer universidade⁷⁷. O desenvolvimento do encontro se manteve com as diferentes abordagens dos docentes elencando tópicos, de maneira concisa, onde se percebe a partir da primeira ata uma preocupação não individualmente com a África em si, contudo a sua conexão com o restante do mundo; e, acima disto, com as questões que interferiram no Brasil. Nesse momento, o parecer de alguns docentes ficou limitado a uma breve explanação para a reunião dos temas e assuntos que todos consideravam importantes.

Já na segunda sessão, na mesma data, o encontro se baseou nos professores que quiseram defender os pontos levantados, levando em consideração a importância e os aspectos significativos dos conteúdos que acharam fundamentais para a disciplina de

⁷⁷ Ata da Primeira Reunião de fundação do Grupo de Trabalho em História da África na ANPUH. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

História da África⁷⁸. O sistema funcionou como um órgão colegiado onde todos podiam se manifestar e apontar questões acerca do que tinham elencado como conteúdo e das demandas dos outros professores que participaram do período de levantamento das temáticas.

Por fim, os professores votaram nos conteúdos e temas apontados que acharam mais pertinentes a serem alocados como substratos que dizem respeito à disciplina de História da África⁷⁹. Os processos sóciohistóricos da diáspora, salvo quando referenciados à África, em limites definidos e referidos às questões culturais, políticas, etc., do continente; incluindo os mecanismos de se falar dos africanos nas Américas. O debate levou em conta a perspectiva e também o referencial de diferentes professores, dando então legitimidade ao processo. Os pontos a serem desenvolvidos como noções gerais para docentes da História da África se compreendem, segundo ata da reunião que aborda o processo de votação:

(...) Portanto, a redação final dos objetivos do GT Nacional de História da África aprovado pela maioria dos presentes ficou: a) que observe a especificidade da história da África, do continente e das sociedades africanas, além de sua importância para o campo da história; b) que promova a qualidade acadêmica dos estudos, o incentivo ao ensino, à pesquisa, ao acesso às fontes e às publicações; c) que incentive o ensino da história da África, bem como a formulação de políticas públicas relacionadas ao ensino em seus diversos níveis; d) que estimule o diálogo interdisciplinar; e) que garanta uma estrutura democrática diante do caráter plural dos estudiosos do tema; f) que estimule o intercâmbio como os estudiosos do continente africano. (ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NA ANPUH. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011).

⁷⁸ Ata da Segunda Reunião de fundação do Grupo de Trabalho em História da África na ANPUH. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

⁷⁹ Ata da Segunda Reunião de fundação do Grupo de Trabalho em História da África na ANPUH. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

Os professores levaram do mesmo modo em consideração os estudos anteriores que foram realizados por docentes importantes na realização da fundamentação da História da África. Entretanto, tanto para entender os Estudos Étnico-Raciais de uma forma diferenciada, como para privilegiar as sociedades africanas, a sua importância e o seu ideal incremento enquanto espaço de conhecimento; os docentes elegeram a escravidão e o tráfico como um processo que diz respeito a outras sociedades, salvo quando ela se deu em África e na relação de suas sociedades em seus espaços com outros povos.

Portanto, este foi o referencial que será trabalhado a partir deste ponto. As considerações dos estudos históricos africanos no Brasil foram permeadas por esta leitura, dando visibilidade ao que foi de acordo com os professores de diferentes locais do país e com pesquisas e abordagens diferentes sobre a África.

Todavia, é importante neste estudo levar em consideração em paralelo às falas do senso comum e pensar como elas, assim como afirma Michel Rolph Trouillot⁸⁰, possuem muito destaque neste nosso período de análise, demonstrando “silenciamentos” que ainda existem na nossa historiografia, dentro da Academia e em toda sociedade brasileira; além de apresentar como estas permanecem em um paradigma eurocêntrico dentro dos quadros de avanços sociais que foi possível constatar.

Marco referencial: a História da África para os seus docentes

⁸⁰ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Op.cit.* 1995.

Evidenciar a regularização de uma disciplina a partir dos interesses e peculiaridades das relações de poder do espaço acadêmico é de fulcral importância. Para tanto, o marco referencial de estudo sobre o que pode ser considerado como História da África possui uma tangencial ambiguidade que nos faz percorrer outros caminhos.

Professores da área se reuniram, conforme elucidado acima, para a construção de uma margem onde a História da África atuaria. Deve ser levado em conta que este marco possui uma importante necessidade de distanciamento aos trabalhos que vieram antes dos Estudos Africanos na área de História, mantendo um espaço acadêmico para suas atuações. Este legado sempre é evidenciado como algo que foi pertencente a estruturas passadas, como é o caso dos Centros de Estudos Africanos que foram criados no século XX.

Além disso, devemos considerar as disputas que foram enclausuradas nessas reuniões, fazendo com que docentes discordassem de diversas formas de atuação, pautando-se no conteúdo, mas igualmente frente às outras correntes historiográficas e grupos de pesquisa/disciplinas de desenvolvimento de suas carreiras. Angariar espaços para a História da África é abrir maior interesse para este local e suas atuações como docentes.

As áreas dos saberes nas universidades não estão isentas de parcialidades que funcionam a partir das regras criadas pelos seus professores atuantes. A tradição colocada no engendrar da universidade no Brasil foi se modificando, mas temos que sobressaltar o caráter da disputa que existe neste meio. Em se tratando da formulação da História da África, essas nuances são perceptíveis e se coadunam com este espaço de saber.

Agregando a este terreno as palavras de Trouillot⁸¹, muito dos silêncios produzidos em uma escrita possui relação com o lugar em que a mesma está sendo produzida. Este local possui imbricações de relações de poder que vão desde aos conflitos intragrupos até orientações epistemológicas e paradigmáticas divergentes. Entretanto, quando pensamos em História da África em suas linhas, a institucionalização se torna um reforço perante as outras narrativas da história já bastante consagradas, como é o caso da História Europeia e História do Brasil.

Portanto, a ata que veio a público a partir das reuniões da ANPUH é um marco importante a ser utilizado como critério de recorte para os estudos em História da África na contemporaneidade. Além de fazer parte de um lugar de estruturação do espaço de estudo, diz muito sobre a emergência que os docentes sentiram perante seus pares de abarcar o seu conteúdo e fundamentar um poder institucionalizado sob a égide da Academia.

O instrumento se mostrou igualmente democrático em sua construção e conseguiu abarcar diferentes pontos de vista onde professores e professoras conseguiram adensar os seus interesses e dar força ao processo de consolidação da disciplina e da área dos Estudos Africanos no espaço historiográfico.

Desafios do local da África na área de História no Brasil

A assertiva de Amailton Azevedo sobre qual África deveríamos ensinar no Brasil fez parte de uma problemática epistemológica que conhecemos a partir dos

⁸¹ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Op.cit.*

debates dos autores pós-coloniais⁸². A complexidade e conexão dada às sociedades africanas em seus espaços-tempos não foram necessariamente ainda reconhecidas, apesar de termos estipulado aquilo que são noções norteadoras do que os professores da área prezam para a História da África.

Em contraposição, a mudança de paradigma parece não indicar uma transfiguração aprofundada com relação ao processo de ensino e aprendizagem da África nos currículos escolares e universitários. A diversidade africana ainda nos permeia, mas falta reconhecê-la como lugar epistêmico de formação, fabricação e construção do conhecimento; e não somente como espaço de pluralidade cultural.

Construir uma disciplina sobre a História da África nos cursos de História foi significativamente uma ferramenta importante nas elaborações e diálogos realizados a partir das perspectivas do Sul epistemológico nas universidades do país, mas ainda sim se necessita de um percurso que enxergue as possibilidades de diferentes modelos de apreender África. Entretanto, a realização de abordagens que continuaram a se corroborar no senso comum acerca das sociedades africanas é latente e demonstram um projeto que ainda não se quer esquecido. Estas representações são continuamente veiculadas na mídia e em muitos livros didáticos, por exemplo.

É inegável que a lei 10.639/03 tenha criado avanços significativos na questão da institucionalização da História da África como uma disciplina, fazendo inclusive com que os pares, professores, tomem ciência e deem corpo à área que atuam. Este mecanismo fez crescer especialistas nos principais Departamentos de História do país, como também apontou Vanickéia Santos⁸³.

⁸² AZEVEDO, A mailton. *Op.cit.* 2016.

⁸³ SANTOS, Vanicleia S. *Op.cit.* 2012.

Neste entremear, a conquista de uma disciplina foi uma formalização importante dentro dos currículos de História e das pesquisas e possibilidades de estudos nos programas de Pós-Graduação que são referências na área de História no Brasil. A gradação de uma disciplina que ainda precisa ser repensada ao longo do tempo nos deu margem a refletir sobre diversas questões, inclusive quando pensamos na construção dialógica do conhecimento com África, a partir de África e sobre ela.

Assim como apontou Dagoberto José da Fonseca⁸⁴, a transformação não se faz necessária somente quando pensamos a disciplina, mas quando se elucubra sobre a necessidade de se repensar currículo e ideias epistemológicas transformadoras dentro da égide eurocêntrica, assim como nos foi apontada por Muryatan Barbosa⁸⁵. É como se em um processo de mapeamento, temos que considerar os diferentes fatores e possibilidades para fazer a História da África circular em nossos cursos de História e nos seus Programas de Pós-Graduação.

Dando passos a frente, a partir da ideia de Kabenguele Munanga acerca do uso da identidade política quando se trata da “questão racial” no Brasil⁸⁶ e permeando-a com as críticas feitas por Dagoberto Fonseca⁸⁷, podemos apontar questões que se descompassam do tempo social e ainda implicam nas relações de poder no cenário historiográfico, assim como dado por Trouillot⁸⁸.

A significância e entendimento muitas vezes insurgente no senso comum acerca da África ainda é uma parte pequena, porém significativa, do espelhamento do que fazemos com a História da África nos meios mais abrangentes de comunicação, onde a

⁸⁴ FONSECA, Dagoberto José da. *Op.cit.* 2004.

⁸⁵ BARBOSA, Muryatan. *Op.cit.* 2008.

⁸⁶ MUNANGA, Kabenguele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In.: BRANDÃO, André Augusto. *Programa de Educação sobre o Negro na sociedade brasileira*. Niterói, Ed.UFF, 2004.

⁸⁷ FONSECA, Dagoberto José da. *Op.Cit.* 2004.

⁸⁸ TROUILLOT, Michel Rolph. *Op.cit.* 1995.

audiência é muito maior do que aquela que possui vínculo e acessa os espaços institucionais da Academia. Assim, fazemos com que a África fique encurralada em dois lugares: ou no discurso panfletário necessário da identidade política ou na cota mínima de importância para a responsabilidade da desigualdade social no Brasil. Dois pontos que foram e são de fundamental importância. Mas a restrição a isto gera impactos-alicerces que se refletem na pesquisa sobre os conteúdos e estudos contemporâneos acerca da História da África no Brasil e nas formas diversas de aprender e ensinar que as sociedades africanas poderiam nos dizer.

O comportamento da História da África em um currículo prescritivo nos faz perceber que se gera uma disciplina incompleta, não somente por estar em construção, pois todas as outras igualmente deveriam se compreender em mesmo estágio. As avaliações comparadas ao tempo social dizem respeito a uma disparidade onde a Academia, que ainda permanece paradigmaticamente eurocêntrica, mas por vezes não toma consciência de tal fato, não percebe que as epistemologias outras, quaisquer delas, não conseguem lugar, a não ser em processos de marginalização, fazendo com que não seja possível criar novas narrativas, ou seja, novas Histórias.

Elaborar, portanto, outros diálogos epistemológicos a partir da História da África se mostra um desafio ainda com o cenário da Academia que encontramos. As possibilidades de entendermos que as brechas são fundamentais nessa transformação faz gerar encontros que devem ser ultrapassados, como por exemplo, o olhar necessário para outras regiões africanas que não as que possuem o português como língua oficial, dando uma abordagem mais holística ao continente.

Em se tratando do processo de constituição social da demanda da História da África nas universidades, o fato indireto dessa fabricação ainda parece ser muito

recente; pode ter levado muitos professores universitários ao estado de surpresa, pois não haviam imaginado na necessidade de se pensar autores e autoras africanos nas suas disciplinas. A transversalidade do currículo, aqui, ainda se mostra limitada na realidade que procuramos intervir a partir da História da África e de seu estudo no Brasil.

Até aqui os mecanismos, demandas e ações sociais nos valeram de grande importância e foram capazes de transformar inicialmente a Educação Básica, pelas vias legais, mas paralelamente as práticas dentro da formação da História da África nos programas e cursos de História nas universidades. Porém, o senso comum e a Academia eurocêntrica nos despertam a necessidade de avançarmos esse diálogo e entendermos que as buscas feitas em África não poderiam ser apenas por conhecimento em suas sociedades; mas sim feitas com elas e por elas.

A discussão se instaura e a pergunta, como se pudéssemos utilizar a metáfora de Alain Mabanckou quando nos apresentou um romance sobre as diversidades em uma escrita negra, nos fica como um “vidro quebrado”⁸⁹. Há ainda uma parte que não se encaixa ao todo. É quase como se num movimento a África ganhasse o seu lugar, que é determinado, possui limites; pelo menos dentro da Academia, sob a égide eurocêntrica e dentro do currículo prescritivo. É aqui que o poder, tal qual pensado por Trouillot, epistemologicamente falando, exerce vontade e força naquilo que quase inconscientemente estamos reproduzindo.

Ngugi wa Thiong’o nos relembra da colonialidade do saber e de como este anda junto com as formas de rechaço e de promoção daqueles que não pretendem perder seus

⁸⁹ Essa ideia é pensada pelo autor em: MABANCKOU, Alain. *Verre cassé*. Paris: Ed. Seuil, 2005.

espaços epistemológicos⁹⁰. Por que também não ter essas indagações para a área de História e para o espaço universitário?

⁹⁰ THIONG'O, Ngugi wa. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Heinemann Educational, 1986.

CAPÍTULO II

A História da África nos cursos dos Programas de Pós-Graduação em História: uma abordagem quantitativa

A elaboração de estudos acerca da história da África nos diferentes espaços universitários no mundo foi decorrente, em muitos casos, das conjunturas sóciohistóricas de meados do século XX. Entretanto, outras formas de se fazer história nas sociedades africanas, ainda hoje pouco reconhecidas no Ocidente, nos levam a crer que as possibilidades deste fazer são múltiplas e diversas; inclusive para se questionar as rotatividades de paradigmas de conhecimento que se tornaram vigentes na Academia.

Focando nas instituições em que a Ciência tomou forma no universo eurocêntrico, mais especificamente nos lugares preenchidos pela História da África no Brasil, temos ainda desenvolvimentos muito recentes. A composição de materiais e a inserção de professores especializados no meio acadêmico nos levam a crer que estamos passando por um percurso ainda incipiente, assim como apontou Marcia Guerra acerca da fabricação da disciplina⁹¹.

Todavia, tem se discutido e pensado sobre o papel de África no Brasil e sobre a história de suas sociedades a partir de si mesmas para que possamos engendrar uma perspectiva não estereotipada, combativa ao racismo e muito pertinente ao constructo da sociedade brasileira contemporânea. Para tanto, tomaremos aqui, a análise de alguns dados que nos guiarão nas hipóteses elencadas neste estudo e que nos retroalimentará ao longo do decorrer do texto, sob o viés quantitativo.

Neste ponto, é necessário destacar que se deu enquanto preocupação a iniciação do mapeamento dos estudos em História da África nos Programas de Pós-Graduação em

⁹¹ PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África, disciplina em construção*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2012.

História com conceitos 6 e 7 pela Capes, como citado anteriormente. Essa abordagem holística foi necessária para que se esmiuçasse o banco de dados, outrossim as formas recentes de apontar a História da África e suas preocupações na historiografia atual.

Partindo da perspectiva de Michel Rolph Trouillot⁹², analisaremos os dados que nos chegaram a partir de uma pesquisa que demonstrou uma realidade que necessita de nosso olhar cuidadoso e, ainda sim, de uma maior visibilidade nos espaços universitários. Entender os entremeios e os silêncios existentes na historiografia recente no Brasil foi trabalhar de forma a se apreender o que temos produzido e quanto têm-se produzido sobre História da África nos grandes centros de estudo brasileiros na área de História.

A partir desse viés, tivemos o englobamento de seis programas que possuem essas notas-conceito dentro da agência de fomento da Educação Superior. Entretanto, algumas nuances foram fundamentais e fizeram com que permanecêssemos com esse recorte, apesar de sabermos que teremos uma visão restrita sobre a nossa produção em História da África hoje no Brasil, acima de tudo, quando desejamos pensar os “silenciamentos” conjugados à ideia de como esta produção foi sendo debatida, por quem e a partir de quais intelectuais e autores estrangeiros.

O desenhar dessa problemática se faz justamente quando se pode questionar que a Capes não necessariamente seria um bom parâmetro para o recorte do corpo de informações, visto que outros programas também possuem importância no país e que muitas vezes vão se debruçar sobre a História da África, dentro da área de História, de forma mais contundente e orgânica com a sua territorialidade, formação populacional,

⁹² TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

interesses políticos, epistemológicos e no papel de determinados intelectuais na cena acadêmica vigente.

De todo modo, consideramos aqui este marco por parecer incontornável as ditas limitações que a Capes outorga aos Programas com melhores conceitos além de se tratar de uma avaliação conjunta, não somente da agência, mas igualmente da proposta e participação com a ajuda dos próprios agentes. Além disso, o reconhecimento desses mecanismos se reverbera dentro da comunidade acadêmica quase que como acordos, onde se percebe a procura e a demanda de formação desses Programas que estão dentro do recorte.

Pensando a partir dessa perspectiva, temos uma delimitação que sugere os centros de referência de produção intelectual no país. Muitas vezes, são neles que professores e ingressantes de outras universidades desejam se formar na Pós-Graduação *Strictu Sensu*, os fazendo um verdadeiro polo de diversidade, inclusive internacional. Os locais de engendramento das pesquisas exportam para outros países e outros lugares do país professores e professoras de referência que vão constituir a área de História da África em diversos *campi* universitários.

Por isso, tomá-los como objetos de análise foram fundamentais para que se perceba quais estudos e como os Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, que possuem estudos de referência, vem desempenhando suas atividades desde o período recente de promulgação da lei que institucionalizou o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica do país.

Tendo assim este olhar, é interessante ressaltar que as possibilidades de leituras dos dados que aqui serão apresentados podem ser diversas. Percebe-se então que o foco seria analisar de maneira diacrônica o desenvolvimento dos Programas de História,

observando os seus pontuais eventos e despontamentos no que concerne a História da África, seus processos históricos, seus espaços-tempo e como estes estudos foram sendo construídos no Brasil, de maneira diacrônica desde 2003 a 2016.

Explicar os recortes nos faz observar algumas brechas que esbarram com estudos como os de Marcia Guerra⁹³, Vanicleia Santos⁹⁴ e Anderson Oliva⁹⁵ que nos deixaram legados importantes quando pensaram a produção historiográfica no Brasil, em alguns casos de forma mais abrangente, pautados pela ideia de feitura de uma História da África no Brasil. Frequentemente, como no caso de Oliva, isso chega a atingir uma preocupação com a Educação Básica, nos levando a considerar diferentes formas de recepção e de criação da disciplina, onde o foco na Academia não parece resolver muito.

De todo modo, a ideia que nos irradia neste ponto é justamente a questão que nos foi colocada por Trouillot⁹⁶ acerca das peculiaridades de determinadas histórias e de como elas foram esquecidas/silenciadas no universo ocidental por questões políticas muito necessárias de serem levadas em consideração quando estamos construindo uma historiografia em um espaço universitário no paradigma eurocêntrico, como nos lembra Muryatan Barbosa⁹⁷. Este modelo foi vertiginado e tem sido utilizado para e pelo discurso intelectual ocidental hegemônico.

Problematizar a historiografia que foi produzida recentemente é destacar o papel do silêncio e das fontes de pesquisa, interesses sociais, políticos e intelectuais que a

⁹³ PEREIRA, Marcia Guerra. *Op.cit.* 2012.

⁹⁴ SANTOS, Vanicleia S. *A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012)*. In: Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP. LISBOA: AULP, 2012, p. 243-254.

⁹⁵ OLIVA, Anderson. *A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências*. Estudos Afro-Asiáticos (UCAM. Impresso), v. 28, p. 187-219, 2006.

⁹⁶ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Op.cit.* 1995.

⁹⁷ BARBOSA, Muryatan. *Eurocentrismo, história e história da África*. Sankofa. São Paulo, v. 1, n° 2, 2008.

História da África desempenha no Brasil. Comumente, esses interesses de pesquisa e de formulação dos estudos sobre História da África, tal como se constituiu no processo de institucionalização do debate que apresentamos no primeiro capítulo, reconhece que a demanda dos movimentos sociais, tal como nos lembra Zamparoni⁹⁸ para a constituição dos Estudos Africanos no Brasil; foi de fundamental importância.

Conjugado ao que nos foi trazido por Trouillot, a questão levantada por Amailton Azevedo nos levou a considerar percursos importantes⁹⁹, quando não se levou em conta apenas o que se estava discutindo na Academia, mas conjuntamente, como o mesmo traz na sua escrita, “qual a África que se quer ensinar nas escolas” e quais Áfricas pensamos que existe de forma a fazer brotar pensamentos críticos em nossa sociedade. Isto fez com que os dados apresentados a seguir sejam imbricados ao tempo social em que a História da África iniciou um processo de penetração no espaço acadêmico, mas que precisa, em paralelo, dialogar com o silêncio e com a ideia de África romantizada que nos foi instaurada pela luta legítima de reconhecimento do continente por parte dos movimentos sociais.

Espaços institucionais: reconhecimento dos Programas e suas ligações com a História da África

⁹⁸ ZAMPARONI, Valdemir. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Cienc. Cult.*, vol.59, n. 2, São Paulo Abr/Jun, 2007.

⁹⁹ AZEVEDO, Amailton. *Qual África ensinar no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Revista da PUC-SP, 2016.

Um mapeamento elaborado pela Casa das Áfricas apontou os trabalhos feitos no Brasil dentro do escopo dos Estudos Africanos desde os anos 1960 até 2002¹⁰⁰. Essa abordagem foi entrelaçada com a história que contamos aqui no capítulo 1, de maneira rápida, sobre os processos de constituição da História da África no Brasil. Em todo caso, este levantamento nos serviu como um pano de fundo para entender como, atrelado ao processo sócio-histórico, algumas iniciativas de estudo desabrocharam. O que devemos considerar nessa pesquisa são as formações dos Programas de Pós-Graduação em História e as universidades que tiveram o seu despontar na pesquisa, reconhecimento e “referência” institucional compreendidos nos últimos anos.

Há que se levar em conta que os dados que aqui serão apresentados serão tratados em um período de pouco mais de uma década. No período anterior, as preocupações com África dentro do campo acadêmico brasileiro são antigas apesar de se apresentarem pontuais e circunscritas a determinados espaços. Olhar, portanto, esses Programas em sua forma atual é iluminá-los sob a perspectiva de uma forma diferente de se compreender a África frente aos anos anteriores a 2003, como nos foi trazido pelo parâmetro do regimento da ANPUH. Isto faz com que possamos percebê-la como um lugar de conhecimento em si, dando-nos ferramentas a se formular alguns aspectos que veremos adiante. Isto é a forma como podemos destacar aquilo que Amailton nos faz refletir como a África que pode, em um dos seus caminhos, ser ensinada¹⁰¹.

Como elucidado, os Programas que aqui serão colocados sobre a atenção da pesquisa foram delimitados pela Capes por reconhecê-los como sendo de excelência. Alguns Programas apresentam uma maior robustez devido ao seu tempo de existência

¹⁰⁰ Pesquisa desenvolvida por Denise Dias Barros, USP, Acácio Almeida e Talita Vecchia, Casa das Áfricas, com o título *Teses e Dissertações sobre o continente africano em instituições brasileiras*, apresentada no VII Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil, realizado na Universidade de Brasília em 2004.

¹⁰¹ AZEVEDO, Amailton. *Op.cit.*

como é o caso do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), fundado nos anos 1970, assim como o Programa da Universidade Federal Fluminense (UFF). Alguns outros, não menos importantes, possuem em níveis quantitativos um arsenal de produções menores, mas que estão dentro dos maiores níveis de qualidade do país como é o caso do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Programa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aliado aos Programas citados, daremos atenção aos dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ambos possuem uma longevidade significativa e formam com os outros Programas espaços acadêmicos que tiveram um olhar determinante na formação da historiografia acerca da escravidão, do comércio dos africanos escravizados e da formação do mundo atlântico; antes das considerações sobre História da África feita pelo grupo de docentes na ANPUH.

Por conta de seus reconhecimentos e pesquisas, os Programas foram acessados de maneira atualizada a partir das plataformas de informações que os próprios cursos dispõem enquanto exigência de suas transparências e visibilidade. Além disso, desde o surgimento da Plataforma Sucupira¹⁰² muitos dados sobre as pesquisas nos meios acadêmicos passaram a ser de fácil acesso, inclusive de poucos anos para cá. Estes recursos facilitaram enormemente à pesquisa, e igualmente sofreram com a lacuna de alguns dados que ainda não estão informatizados.

¹⁰² É uma nova e importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), criada em 2014 pela Fundação Capes.

Para diminuir algumas dúvidas, os Programas foram contatados. Assim, podemos reunir de forma mais completa as informações para que tivéssemos o panorama mais atualizado possível. Os Programas de Pós-Graduação em História possuem nível alto de reconhecimento inclusive dentro de suas próprias instituições, fazendo com que sejam vistos como espaços de excelência da elaboração do conhecimento e um exemplo para todo o restante da Academia. Percebê-los nesta esteira é fundamental quando estamos tratando sobre instituições que são reconhecidas internacionalmente como é o caso da USP, da Unicamp e igualmente da UFF; além do despontar no cenário nacional exercido pela UFMG, UFRJ e UFRGS.

Dessa forma, os olhares que nos permearam foram minuciosamente conjugados com a abordagem teórica que nos subsidiou. A descrição dos dados não pôde ser meramente exposta, mas sim repensada com o tempo de produção da historiografia e com aquele que nos remonta ao aparato sociopolítico que foi esmiuçado no primeiro capítulo.

Os dados quantitativos, a historiografia e formas de enxergar as tabelas de informação sobre os Programas de Pós-Graduação

As formas de buscar os dados de maneira quantitativa para esta pesquisa foi um trabalho que se mesclou, de alguma forma, com as propostas teórico-metodológicas da abordagem de Trouillot. Porém, este percurso foi transversal ao processo de adoção de arestas limitantes que fizeram com que pudéssemos chegar a um arcabouço de dados mais preciso. Entre esses mecanismos, podemos apontar a discutida Ata de formação do Grupo de Trabalho em História da África na ANPUH de 2011.

Primeiramente, foi basilar destacar que apesar das divisões feitas por conta de um didatismo de leitura, os capítulos conversam entre si e fornecem a cada etapa da produção do material da pesquisa um diálogo que nos chega quando nos foram fornecidas as fontes. Esse processo muitas vezes parece apartado quando tentamos problematizar algumas questões contempladas a partir das ferramentas teórico-metodológicas.

A partir dessa perspectiva se chegou às estratégias de percepção de um quantitativo de teses e dissertações que nos dizem pelo menos o mínimo que seja, quando tratamos do lugar de descontinuidade e ruptura que a historiografia sobre História da África enfrenta no Brasil. Isso se refere analogamente a algumas questões que podem, a princípio, passar despercebidas, entretanto que serão desenvolvidas em momento pertinente.

Uma delas é que cada tese e dissertação que nos agrega um número muito importante em nosso percurso deveriam ser analisadas de forma qualitativa. O seu conteúdo é de extrema relevância para que possamos desenhar um mapa mais completo sobre essa produção e acerca das formas como os autores estão trabalhando o tema de forma teórica, suas maneiras de enxergar as fontes e quais as questões estão sendo tratadas a partir daquele espaço documental.

A noção de que os dados quantitativos nos relevam parte do cenário é enriquecedor visto que o trabalho foi de um exercício desbravador e que a quantidade de descobertas só se fez crescer ao longo do caminho. Todavia, esta consciência imbricou os percalços da historiografia com relação ao tema conjuntamente com questões que verdadeiramente precisam de um olhar mais cuidadoso.

Adentrar ao universo que foi descortinado a partir das fontes foi um passo para se adquirir experiência para mostrar as suas limitações, visto que na maioria dos trabalhos foram utilizadas fontes “padrão”, ou seja, documentos que nos foram trazidos a partir da comprovação da Ciência que nos despertou a racionalidade no mundo eurocêntrico.

Debater o momento da historiografia juntamente com os dados foi uma necessidade fundamental para que pudéssemos visualizá-los de forma crítica. Este processo ajudou naquilo que a quantidade historiográfica de uma forma geral diz a respeito do Programa e da universidade em que estava inserido.

Esse rastro possuiu relação com o tempo social e as formas com que paulatinamente professores foram ingressando nos Programas e a História da África foi se constituindo como área dentro da Academia. Por vezes, mesmo que tenha se constituído como disciplina na Graduação, um adendo foi importante para que fosse perceptível algumas nuances dos dados apresentados.

Portanto, uma análise comparativa seria muito enriquecedora, visto que a quantidade de trabalhos de outras áreas poderia despertar um maior detalhamento do tema. Contudo, a escolha por concentrar os esforços nos estudos sobre a História da África nos refere ao mapeamento, um levantamento que indicou inicialmente o panorama da temporalidade recortada.

Além disso, à política dos programas insere os temas de África em meio aos vários outros segmentos de pesquisa o que faz com que muitos participantes ao proporem um projeto no momento de inserção no Programa se deparem com uma competitividade e uma bibliografia que os faz muito distantes da realidade daquilo que gostariam de pesquisar.

Assim, o material foi conjugado às preocupações que não o fizeram ganhar voz de maneira própria. A estratégia final de análise se preocupou com a demonstração da quantidade que nos foi legada pelos Programas. Assim, um estudo um pouco mais minucioso é fundamental para o desenrolar de respostas mais precisas.

Procedimentos de análise e os lugares de África nos Programas de Pós-Graduação analisados

De maneira introdutória, daremos visibilidade e descreveremos os dados que foram coletados ao longo da pesquisa. Os números que estão reproduzidos foram elaborados a partir dos bancos de dados dos Programas que foram encontrados nas páginas das instituições e cotejados com as informações lançadas na Plataforma Sucupira do Sistema Capes.

Este processo fez com que tivéssemos a segurança de que os números retirados fossem a quantidade correspondente para que não houvesse dúvidas com as informações a serem trabalhadas. Portanto, o mapeamento de estudos teve uma base quantitativa bastante sólida e respeitou o acesso e os mecanismos de transparência não só dos Programas, mas também da agência de fomento.

Em um voo panorâmico como este, após o elencar e a descrição dos dados, daremos corpo à análise das informações que permeiam a pesquisa de forma cronológica por ano, levando-se em consideração as diferentes problemáticas que serão citadas ao final, visto que alguns entremeios serão necessários. Por fim, neste segmento do trabalho, traremos uma abordagem total dos dados, sendo focalizado cada Programa

em sua dimensão global dentro do tempo de recorte da pesquisa. Acima disso, haverá o entrecruzamento dos dados dos diferentes programas, dando-nos uma abordagem geral e diferenciada sobre as formas como os Programas vêm atuando com relação à História da África de forma comparativa.

A história da África no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Inicialmente a pesquisa realizada para a coleta de dados do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul esteve espaçada pela falta de totalidade de informações que o banco de dados do Programa oferecia. Não obstante, na Plataforma Sucupira a complementação e o cotejamento foram essenciais para que pudéssemos apurar os números de forma completa.

Conseguiu-se dominar todas as informações acerca dos estudos do Programa desde o ano de 2003 a 2016. A pesquisa gerou um produto quantitativo em formato de tabela onde podemos enxergar as lacunas e os pequenos despontamentos de estudos sobre História da África no Programa. Assim, como nos é apresentado, podemos elencar as oscilações ao longo dos anos e ter uma noção maior do processo de construção da historiografia de maneira diacrônica. As informações referentes ao Programa podem ser apreciadas a seguir:

Quadro I

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (2003-2016).

UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)		
Ano	História da África	Total
2003	00	13
2004	00	17
2005	00	17
2006	00	22
2007	01	19
2008	00	24
2009	00	18
2010	01	23
2011	00	43
2012	00	32
2013	00	22
2014	00	28
2015	01	39
2016	00	38

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul. Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-UFRGS

Como podemos inferir, o Programa possui uma média de 25 teses e dissertações defendidas por ano. Todavia, nos anos iniciais do recorte, a produção esbarra no número

de 22 produtos finais. Dentro dessa perspectiva, entre 2003 e 2006 não se obteve nenhum registro de estudos relacionados à História da África no Programa.

Vemos a partir de 2007, um novo trabalho isolado ao longo dos anos de forma espaçada. Percebemos outro estudo sobre História da África no ano de 2010 e mais um próximo, em 2015. Na sequência cronológica que os intercalam existe um vazio historiográfico onde a ausência de estudos pode estar associada a diferentes fatores que ainda serão abordados, de forma a pensar as lacunas em todos os Programas.

Foi notório perceber que, apesar de em 2011 o Programa sofrer um aumento significativo em suas produções, de uma forma geral, a porcentagem de estudos sobre História da África se mantém nulo ou o mesmo até 2016. Isto porque a cada ano, os estudos em História da África não ultrapassam 2,5% do valor total das teses e dissertações do Programa como um todo.

Seguindo essa perspectiva, nos últimos seis anos em que nos debruçamos, tivemos um aumento de quase 50% da produção de teses e dissertações de uma maneira global. Este crescimento não foi acompanhado pelo incremento de estudos em História da África, visto que o seu número se mantém o mesmo.

Pensando os dados de uma forma unificada, dentro do período de 2003 a 2016 o Programa da UFRGS obteve 355 teses e dissertações defendidas, sendo que dentro desse conjunto tivemos três delas especificamente debruçadas na elaboração de propostas que pensassem a História da África, tratando-se, portanto, de 0,85% dos trabalhos do Programa na temporalidade analisada.

O índice demonstra na totalidade um percentual de trabalhos que são divididos a níveis de interesse com estudos que focam, maiormente, na História do Rio Grande do Sul, porém igualmente com teses e dissertações que se ocupam com as colonizações

espanholas no rio da Prata, a colonização portuguesa no Brasil e outros assuntos da história europeia.

Podemos considerar a pouca manifestação de estudos sobre História da África, visto que a inserção de professores que dominavam o tema dentro do Programa foi muito recente e ainda estão para serem reverberados enquanto docentes que possam perpetrar trabalhos com orientandos e grupos de estudo no âmbito da Pós-Graduação.

Contudo, a manifestação desses trabalhos se mantém em uma linha constante levando a se pensar no despertar de interesse da comunidade acadêmica de História com relação ao tema e a importância que ocupa no respectivo Departamento, mesmo se sabendo que o processo de colonização possa ter sido outro a níveis locais e as políticas e demandas sociais tenham sido distintas de outros lugares do país.

O Programa de Pós-Graduação em História da Federal de Minas Gerais e os estudos sobre África

Em se tratando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais os dados na página da internet estavam incompletos e foi preciso buscar dois meios de preenchimento das informações e confirmação das que se tinha encontrado. A Plataforma Sucupira e um contato com os professores coordenadores do Programa foram fundamentais para que tivéssemos os dados completos.

Assim, temos as informações do Programa, de suas teses e dissertações do período que vai de 2003 a 2016. A pesquisa do mesmo modo originou uma tabela onde

poderemos verificar a quantidade de produtos dentro desse período. Este processo teve o intuito de dar uma formação diacrônica ao objeto fazendo com que se tenha a ideia de uma formação dos estudos sobre História da África ao longo desse período.

As informações referentes aos dados coletados podem ser vistas de forma quantitativa a seguir:

Quadro II

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFMG (2003-2016).

UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)		
Ano	História da África	Total
2003	00	18
2004	00	25
2005	01	28
2006	01	50
2007	00	31
2008	00	29
2009	01	38
2010	00	22
2011	00	26
2012	00	24
2013	00	33
2014	01	37

2015	01	49
2016	02	42

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGH-UFMG/Arquivo Eletrônico da Coordenação de Pós-Graduação em História da UFMG.

Podemos observar a partir da tabela que o número total de teses e dissertações defendidas no Programa oscila conforme os anos de forma que não se tem uma constante e nem uma progressão linear de estudos a cada ano. Em todo caso, o despontar de estudos em História da África mesmo em períodos iniciais do recorte denota outra perspectiva diferente daquela que nos foi dada pelas informações da UFRGS.

A primeira ocorrência de um estudo com África enquanto cerne, dentro do recorte temporal da pesquisa, foi no ano de 2005, dois anos após a promulgação da lei 10.639/2003. Logo no ano seguinte a proporção de estudos fica constante e nos produtos totais o Programa gera quase duas vezes o número de teses e dissertações. Isso demonstra uma aparição ocasional e possivelmente ainda pouco institucionalizada. Quando fizermos a análise qualitativa no terceiro capítulo, este processo ficará ainda mais claro.

Após o apontamento de um trabalho em 2006, o próximo ano a acusar um estudo sobre História da África é 2009, que se mantém isolado visto que logo em seguida haverá uma sequência grande de anos onde nenhum estudo sobre a temática apresentará uma ocorrência. Dentro desse mesmo tempo, entre 2009-2013, o Programa sofre uma

leve recessão de estudos e este fator de caráter global pode ter influenciado nas perspectivas de estudos e de orientações de temas que tivessem a África como objeto.

Não ultrapassando o valor aproximado de 9,5% do total de trabalhos no Programa anualmente, entre os anos de 2014 e 2016 aponta-se para um cenário diferenciado dentro das informações que estávamos observando anteriormente. O Programa demonstra em três anos seguidos uma situação constante que vem se desenvolvendo e que denota importante frente ao crescente número de trabalhos de uma forma geral.

Nesse tempo, é possível perceber aquilo que Vanicléia Santos aponta como a inserção de professores especializados na temática, de forma mais incisiva nas universidades brasileiras¹⁰³, que se deu justamente nesse período. Esse movimento pode, em hipótese, gerar não somente mais orientações, mas paralelamente maior contato dos alunos com os temas em História da África. O deslocamento proposto a partir de então possui uma ligação com as alternativas de se fazer estudo sobre África naquela instituição.

Partindo para uma análise condensada dos dados, no período estudado, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais possui 452 teses e dissertações defendidas. Nesse meio, obtivemos sete trabalhos que pensaram a História da África assim como a compreendemos neste estudo. Isto quer dizer que 1,6% dos trabalhos de todo esse tempo se concernem com a temática em questão.

Neste caso, para que tenhamos uma visão holística mais adequada, as teses e dissertações dos próximos anos serão de fundamental importância para que elucubremos

¹⁰³ SANTOS, Vanicleia S. *Op.cit.* 2012.

a que patamares serão colocados os estudos sobre África. A princípio, apresenta-se uma atmosfera de constância, sobretudo, nos últimos três anos. Entretanto, o crescimento desses estudos em potenciais quantitativos pode nos fazer perceber essa trajetória de outra maneira.

Dados quantitativos sobre estudos em História da África na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Acompanhar a trajetória dos estudos em História da África na Universidade Federal do Rio de Janeiro seguiu igualmente os passos e suportes utilizados pelos exemplos apresentados anteriormente.

É necessário salientar que o Programa da UFRJ analisado é o que recebeu a nota-conceito “6” da Capes, ou seja, o Programa de Pós-Graduação em História Social. Por conta disso, é uma iniciativa que congrega mais alunos, e igualmente mais publicações, mais receitas e referências institucionais frente ao Programa, da mesma instituição, de História Comparada.

Formataram-se aqui os dados em tabela para que a visão temporal de 2003 a 2016 seja contemplada tal qual nos outros exemplos. As abordagens quantitativas levaram em consideração as abordagens que foram encerradas pelo grupo de docentes da ANPUH, como em todas as outras, dando destaque às dinâmicas e às relações históricas e sociais interessantes à África e suas sociedades.

Nesta instituição, nos deparamos com muitíssimos trabalhos que não entraram em contabilidade, visto que foram desenvolvidos pensando o tráfico de escravizados,

em grande parte, com preocupações no Brasil, com as praças brasileiras e formas como os escravizados sobreviveram no país.

Por uma perspectiva historiográfica diacrônica, segue abaixo a tabela com as informações referente ao Programa:

Quadro III

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (2003-2016).

UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)		
Ano	História da África	Total
2003	00	18
2004	00	27
2005	00	29
2006	00	28
2007	00	40
2008	00	35
2009	00	32
2010	01	29
2011	02	34
2012	01	36
2013	01	40
2014	00	28
2015	00	31

2016	01	34
------	----	----

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-UFRJ/Arquivo Eletrônico da Secretaria de Pós-Graduação em História da UFRJ.

Entre os anos de 2003 e 2009, não se registrou nenhum estudo sobre História da África no seio do Programa em questão. Apesar de termos visto um crescimento dos estudos e trabalhos que foram se desenvolvendo de forma total, a África se tratava de um tema que sempre se chegava a partir dos escravizados do Brasil ou do seu tráfico para a América Portuguesa.

Em 2010, vemos a incidência de um trabalho sobre a temática que vai se manter isolado até o ano de 2013. Nesse período, chega-se a uma taxa anual de aproximadamente 5% dos trabalhos do Programa serem sobre História da África; o que demonstra um crescimento importante visto a invisibilidade dos anos anteriores.

Entretanto, em 2014 e 2015 não há ocorrências de trabalhos engajados nas temáticas. Só aparecerá um estudo novamente em 2016. Essa irregularidade parece destoar um pouco da perspectiva de institucionalização da História da África como disciplina. Esse contraposto se deve justamente por ser o período em que a área vai se delimitando de forma mais concisa e abraçando um maior número de professores dentro dos Departamentos.

Os dados acerca do Programa demonstram uma oscilação do número total de teses e dissertações defendidas. Não se tem uma regularidade pelo viés numérico,

entretanto, em valores absolutos podemos inferir algumas questões pertinentes que nos levam a percorrer outros pensamentos quando analisamos estas informações.

No total, dentro dessa temporalidade, o Programa possui um total de 441 teses e dissertações defendidas. Dentre elas, temos seis trabalhos em História da África. Estes números demonstram que aproximadamente 1,4% dos estudos nesse período foram constituídos por trabalhos dentro da área que nos chama atenção.

De forma processual, as constituições de disciplinas de História da África, neste caso, parecem ser muito recentes para incidirmos em questões que fazem com que o Programa não chegue a ter 5% de trabalhos pautados nas histórias das sociedades africanas. Entretanto, mais a frente, uma análise qualitativa e comparada poderá elucidar alguns fatos que são pertinentes a essa formulação primária de estudos em História da África na Pós-Graduação em História Social da UFRJ, por exemplo.

Estudos em História da África na Universidade Estadual de Campinas

O Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas nos imprimiu dados perseguidos como os anteriormente exemplificados. As informações foram buscadas tanto na página do Programa como na Plataforma Sucupira da Capes, dando-nos noção total das bases de dados levantadas.

Assim como em outros Programas, a oscilação de trabalhos totais se faz notável. Entretanto, os registros que nos serviram de fontes e que fizeram com que percebêssemos o momento de 2003 a 2016 nos demonstra uma aparente regularidade e horizontalidade nos números de estudos em História da África na instituição.

Isto pode ser visto pelo viés de se considerar a pontualidade de pelo menos um trabalho sobre o tema nos últimos nove anos. Este mecanismo faz com que as amarras burocráticas de defesa, relatórios, desistências e fortalecimento do Programa demonstrem uma preocupação e um interesse de professores e alunos sobre o tema.

A seguir podemos visualizar os dados que foram coletados sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp:

Quadro IV

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (2003-2016).

Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)		
Ano	História da África	Total
2003	01	53
2004	00	44
2005	00	49
2006	01	31
2007	00	36
2008	01	34
2009	02	39
2010	01	28
2011	01	34
2012	01	44
2013	00	46

2014	01	30
2015	01	36
2016	01	32

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas. Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-Unicamp.

Entre os anos de 2003 e 2006, aponta-se que existiram estudos em História da África defendidos no Programa. Este dado foi significativo visto que no decorrer dos próximos anos houve períodos de oscilações em que se obtiveram quase sempre estudos sobre a temática. Salvo em alguns anos, o Programa sempre acusa alguns trabalhos sobre o tema.

Não houve um crescimento no número de trabalhos em História da África mesmo em 2012, onde igualmente se observou um número grande de defesas em seu quantitativo global. Esta avaliação pode ser realizada pensando os números que foram apresentados na tabela sobre os outros anos. É relevante ressaltar que frequentemente, quando o número de trabalhos totais aumenta, não necessariamente há um incremento nos estudos sobre História da África; o que é distinto neste ano do Programa.

No decorrer da cronologia, o percentual dos estudos não chega a 5% dos trabalhos defendidos no Programa. Essa taxa ainda se limita frente aos estudos sobre a escravidão no Brasil, a partir dos estudos culturais, que tomam corpo dentro das pesquisas no interior do Programa da Unicamp, visto que a maioria dos trabalhos foi sobre esta temática. Em uma perspectiva comparativa, estes últimos trabalhos ainda

possuem um volume muito maior, apontando pesquisas para o período do século XIX no país.

De maneira global, temos nesse tempo um total de 536 teses e dissertações defendidas. Em meio a este número, 11 são textos que se debruçam na História da África. Em comparação aos outros Programas já apresentados temos quase o dobro de estudos, além de significar aproximadamente 2,5% dos trabalhos do período analisado.

O quadro de estudos em História da África na Universidade Federal Fluminense

O quadro de estudos para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense se demonstrou diferente dos outros. Os dados foram coletados pelo site do Programa que manteve as informações de 2003 a 2016 de forma transparente e atualizada. A Plataforma Sucupira serviu de auxílio para a contagem e inserção de números que geraram dúvidas.

A tabela que foi gerada demonstra uma enorme robustez do Programa frente aos que foram apresentados até agora. A Pós-Graduação em História da Federal Fluminense possui mais que o dobro de teses e dissertações no mesmo período compreendido para a Unicamp, por exemplo. Estes dados devem-se ao fato de se tratar de um Departamento onde o Programa de Pós-Graduação se desenvolveu há muitos anos, mas também pelo número de professores em um número bastante elevado. Isso faz com que seja um grupo de trabalho que abarque diferentes temas a partir de diferentes perspectivas.

Os dados a serem mostrados a seguir denotam, no entanto, uma preocupação que se manteve constante pelo menos a partir de 2008 e foi crescendo quando da entrada de

novos professores no quadro do Departamento. Este incremento representa uma enorme importância para a área, nos apontando algumas nuances, visto que estamos falando de um Programa com muitas pesquisas.

Segue abaixo a tabela com as informações sobre os estudos de História da África na Universidade Federal Fluminense:

Quadro V
Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFF (2003-2016).

UFF (Universidade Federal Fluminense)		
Ano	História da África	Total
2003	00	48
2004	00	48
2005	00	77
2006	00	72
2007	00	71
2008	01	73
2009	01	68
2010	01	86
2011	00	84
2012	04	88
2013	02	94
2014	02	76
2015	03	90

2016	02	75
------	----	----

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS -UFF.

Apesar de tratarmos de um Programa com grande contingente de pesquisas e teses e dissertações defendidas, os números a níveis de comparação com o total de trabalhos chega aos 5% do Programa. Este índice, na verdade, se contrabalança com as produções que vêm sendo feitas desde 2008 e que mantém um ritmo de aparecimento, demonstrando os produtos finais de trabalho como igualmente o interesse no tema.

No ano de 2011, não houve nenhum trabalho defendido relacionado à História da África, podendo estar configurado como um processo em que ainda mesmo se tendo professores das disciplinas, não havia orientações ou alunos que se debruçaram sobre o tema no período. Assim como em outros Programas, é necessário observar quais serão os próximos passos que serão dados e quais informações nos trarão, visto que o cenário demonstra um movimento horizontal e constante dos estudos, a níveis relativos.

Em níveis totais, o Programa de História da UFF possui um total de 1050 teses e dissertações defendidas no período analisado. Inserido nesse número, temos um contingente de 16 teses e dissertações sobre história da África entre 2003 e 2016. Este dado representa aproximadamente 1,6% dos estudos nesse terreno.

Avaliar esses dados no Programa em que temos uma quantidade muito grande de teses e dissertações foi colocá-lo em seu próprio espaço institucional. Se falarmos de proporcionalidade, os números presentes refletem comparativamente os dados de pós-graduações menores. Alguns destes com um contingente menor de professores.

Contudo, uma avaliação com aspectos importantes e levando em consideração os locais de produção são fundamentais para que possamos perceber se os estudos possuem corpo e se conectam com o processo de expansão e desenvolvimento do Programa como um todo.

Trajetória quantitativa dos estudos sobre História da África no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo

Amalgamar os dados do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo foi uma faina onde utilizamos ferramentas similares às outras análises. Este percurso, porém, foi bastante similar ao do Programa da Universidade Federal Fluminense pela sua quantidade de teses e dissertações e por conta dos estudos, que representam dentro da esfera acadêmica os de maior número.

Compartilhar os dados desse último Programa em nossa análise foi perceber como muito próximo ao ano de 2003 os estudos sobre História da África foram ganhando importância dentre as teses e dissertações. Por ser um grande espaço institucionalizado, possuir um Programa de Pós-Graduação há décadas consolidado e ser a maior universidade de referência do país; existem algumas questões a serem consideradas, pensando a extensão, reconhecimento e abrangência do Programa.

Desde 2008, se notou a recorrência do aparecimento dos estudos com a temática, surgindo inicialmente dentro do recorte temporal. Em noções de expressividade, muitas vezes, mesmo que só com um trabalho defendido. Entretanto, a diferença de defesas de um ano para o outro a partir do mesmo período temporal paralelamente apreende

transformações a serem pensadas, como a não aprovações de alunos ingressantes no tema, a não conclusão de cursos de pós-graduação por parte dos participantes, professores não disponíveis e variantes burocráticas que os suspendem em orientações.

Logo abaixo, podemos visualizar os dados do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP:

Quadro VI

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da USP (2003-2016).

USP (Universidade de São Paulo)		
Ano	História da África	Total
2003	00	57
2004	00	54
2005	02	44
2006	03	74
2007	00	74
2008	02	90
2009	01	79
2010	02	94
2011	01	100
2012	06	74
2013	03	86
2014	01	88
2015	00	111
2016	08	80

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Fontes:
Plataforma Sucupira/Banco de Teses e Dissertações da USP.

Podemos salientar que a partir de 2005, a produção sobre História da África aparece em nosso recorte no seio do Programa. A partir de então, se considerarmos o total de 28 teses e dissertações dentro da temática de história africana defendidas até 2016, tem-se uma média de aproximadamente 2,4 trabalhos defendidos por ano. Entretanto, em alguns anos, o número de trabalhos cresce de forma bastante significativa.

É o caso do ano de 2012, com seis trabalhos defendidos; e o ano de 2016 em que vemos oito trabalhos sobre a temática. Estes pontos incisivos de incremento são significativos para os números dos respectivos anos quando comparados aos estudos defendidos ano a ano no Programa.

Todavia, outro dado vem na contramão dessas perspectivas. É o caso do ano de 2015, quando foram defendidos mais trabalhos e não vemos nenhum estudo sobre História da África. Ou seja, em níveis relativos, por anos, em uns temos um número significativo, em outros um quantitativo não tão expressivo.

De modo geral, conseguimos contabilizar 1105 teses e dissertações defendidas nos cursos de Pós-Graduação em História Social da USP, o que constitui um contingente muito relevante. Nele, como dito anteriormente, temos 29 teses e dissertações sobre História da África, o maior número de todos os Programas.

A partir desse viés, podemos considerar que 2,6% das teses e dissertações defendidas no Programa nesse período dizem respeito à História da África. Este número similarmente representa a porcentagem mais significativa dentre os Programas analisados, entretanto visto a quantidade de professores e a expressividade dos trabalhos, devemos pensar em que circunstâncias esses processos estão ocorrendo e se dão para que possamos ter um número maior de estudos sobre História da África.

De 2003 a 2016: algumas considerações a partir do quantitativo de trabalhos em História da África

Abordar algumas preocupações e silêncios que nos foram deixados pelas brechas dos conhecimentos do paradigma eurocêntrico dentro das universidades foi um curso, que em partes, se deu nesse segmento do texto. Contudo, a partir de todas as tabelas e pretendendo não fechar as possibilidades, algumas abordagens holísticas deveriam ser consideradas.

De forma precisa, a ata que lavrou os conhecimentos referentes à História da África na ANPUH de 2011 foi importante por se tratar de um instrumento de medida participativa ampla, que deu base àquilo em que poderia nos gerar dúvidas ao ser considerado ponto referentes da área e de seus possíveis debates historiográficos.

A partir desse viés, os números nos chegaram pela extração nos bancos de dados e pelas plataformas virtuais. O desenvolvimento dos produtos de análise foi considerado a partir de diversas revisões feitas em locais e fontes diferentes para entrecruzamento.

Os Programas apresentaram de uma maneira geral aspectos onde se assimilam. A maior parte deles possui um número médio de 40 trabalhos defendidos no ano, salvo dois casos específicos que são os Programas em História Social da Universidade Federal Fluminense e da Universidade de São Paulo.

Porém, quando tratamos em aspectos gerais sobre cada Programa em si, percebeu-se que os mesmos se adéquam a uma dada linearidade no contingente de teses e dissertações defendidas, mostrando uma pequena variação no que concerne o período de anos analisados. Isso nos fez pensar que de alguma maneira a área de História da África dividiu estudos dentro da realidade que o Programa apresentava.

Isso quer dizer que os trabalhos quantificados, em outros anos, poderiam ser produzidos em outras áreas. Este percurso nos levou a recortar o pensamento de que a História da África ganhou de alguma forma terreno dentro dos Programas, entretanto uma comparação com os anos anteriores e acerca da produção em uma temporalidade mais geral nos deixaria uma percepção mais contundente.

Outro aspecto fundamental foi a ocorrência de um quantitativo de trabalhos sobre África nos Programas que não extrapolasse uma dada porcentagem de todas as teses e dissertações agregadas aos anos e períodos. De uma maneira geral, pensando em toda a produção do período de maneira quantitativa, a maior taxa obtida de trabalhos sobre história da África em um Programa foi de 2,6%.

Veja os dados elencados a seguir quando considerados um total de trabalhos por instituição:

Quadro VII

Porcentagem total de trabalhos em História da África nos Programas de Pós-Graduação analisados (2003-2016).

Teses e Dissertações defendidas			
Universidade	História da África	Trabalhos Totais	Porcentagem dos trabalhos em História da África
UFRGS	3	355	0,85%
UFMG	7	452	1,6%
UFRJ	6	441	1,4%
Unicamp	11	536	2,5%
UFF	16	1050	1,6%
USP	29	1105	2,6%

Dados relativos aos Programas de Pós-Graduação em História com notas 6 (seis) e 7 (sete) conferidas pela Capes. Fontes: Plataforma Sucupira.

Nesse processo, alguns Programas que produziram menos teses e dissertações em níveis totais puderam apresentar dados relativos mais expressivos, como foi o caso do Programa da Universidade Estadual de Campinas. Acima disso, quando observamos cada unidade universitária por ela mesma percebeu-se um número constante em outros Programas que possuem grandes quantidades de trabalho, como o caso da Universidade Federal Fluminense.

Entremeando dados e formas de se entender a História da África nos Programas de Pós-Graduação em História hoje

Para olharmos essas informações com mais atenção será necessário levarmos em consideração diversos fatores que os números não salientam. A interpretação dos dados só é possível quando os percebemos em diálogo. Mesmo em se tratando de Programas de Pós-Graduação que possuem diferentes origens e formas de conduzir a historiografia, é relevante pensarmos alguns pontos.

Um deles é justamente aquilo que foi pincelado quando estivemos nos percursos de descortinar esses dados nas tabelas. O quadro de professores de muitas áreas de História no Brasil possui números e tendências historiográficas diferentes. Isso não quer dizer que aquilo que se torna importante e obrigatório deva passar despercebido. Outrossim, o número de docentes que irão compor esses quadros é de fundamental importância para a visibilidade da História da África nos meios acadêmicos.

De toda forma, compará-los entre si pode ser uma maneira não válida de entender esses casos, visto que temos exemplos universitários com produções largas, como a USP e a UFF e Programas que possuem números menores de produção.

Pegando carona nessa esteira, devemos considerar as nuances que nos são deixadas pelos casos que cada Programa possui e desempenha. Dito isto, eles devem ser considerados em si para que não analisemos de forma leviana algumas de suas bagagens e produções. Portanto, trabalhar com a porcentagem foi uma ferramenta crucial para que entendamos a importância, visibilidade, produção e mecanismos de crescimento dos estudos sobre História da África dentro de seus próprios conjuntos, ou seja, utilizando o Programa como unidades.

Em seguida, temos que pensar nas questões de currículo, que para História da África, ainda é uma transformação muito recente. Além do mais quando se pensa no currículo prescritivo tal como se instaura nos meios acadêmicos e nas escolas de Educação Básica. Portanto, a inserção da disciplina possui pouca temporalidade. Isto quer dizer que podem haver incipientes interesses, contato e pesquisa dos alunos referente à temática.

É notório que não é somente o currículo que desempenha esta função de entrave. Muitas das vezes a organização e os processos seletivos de orientação não conseguem escapar da burocracia das universidades. Isto faz com que alguns trabalhos em África não sejam desempenhados ou que professores daquela área não estejam disponíveis para orientação em determinado período.

Portanto, mais a frente a análise qualitativa dada no terceiro capítulo desempenhará um papel fulcral para pensarmos os dados que tivemos neste texto. Todavia, apesar de precisarmos de uma visão mais abrangente, algumas referências e preocupações a tabela nos revela, fazendo com que pensemos um pouco mais nos limites e silêncios ainda postos para a História da África no Brasil.

CAPÍTULO III

Nem tudo está ao alcance dos olhos: silêncios nos temas de estudo em História da África

Assegurar, em meio ao cenário institucional, possibilidades de florescimentos de ferramentas para atuação em sala de aula, que se abriram nos últimos anos para fincar estudos acerca da História da África no seio acadêmico, é uma atividade árdua. Elaborou-se políticas que garantiram o ingresso de professores na área, o que fez com que a partir de 2003 se desse o engendrar da circunscrição dos produtos analisados em questão.

Amalgamar barreiras e localizar teses e dissertações, fez com que se aglutinassem em trajetória algumas contribuições que foram legadas aos estudos de África no Brasil a partir dos trabalhos que vieram no curso dos Estudos Étnico-raciais ao longo século XX. Porém, docentes em História da África, em alguma medida, viram a valorização dos seus estudos sob um viés enriquecedor e político para consolidar os Estudos Africanos na área de História.

Neste patamar das discussões, os trabalhos considerados relativos ao cultivar de novas ideias dentro do âmbito da História da África sofreram intermédios e estratégias de delimitação discutidas no primeiro capítulo, mostrando o seu movimento pendular; ora por atratividades políticas, ora pelas vias democráticas de reconhecimento por parte dos docentes participantes. Elaborar o levantamento dos estudos que nos servem à questão deste trabalho, dentro da temporalidade recortada, se pautou por este instrumento vigente de elaboração da área.

Reconhecendo os dados inscritos de maneira quantitativa, desdobrou-se o que pode ser enumerado cronologicamente, como um incremento a partir desse instrumento, dando visibilidade às teses e dissertações defendidas no período analisado. Por vezes, alguns “silenciamentos” foram identificados nos Programas, visto que a robustez de pesquisas ainda permaneceu concentrada em espaços acadêmicos pontuais. Este desenrolar, como abordado no segundo capítulo, demonstrou nuances que sugerem o ingresso de professores de História da África nos Departamentos de História e as oscilações de orientandos sobre o tema como pontos a serem considerados dentre os motivos de irregularidade dos estudos expostos.

Organizar, portanto, os dados trabalhados de forma a emergir uma aferição qualitativa foi primordial. Cotejar e fazer florescer neste terreno as possibilidades de leituras conjugadas ao cenário quantitativo tornou-se central na medida em que ilumina categorias diversas dentro das leituras que a carga de informação nos chega e se desdobra: aliaram-se, assim, dois caminhos para a melhor compreensão do que os Programas foram capazes de exteriorizar.

Desbravaram-se os temas em que cada autor se debruçou, dedicando tempo ao irrigar o solo da História da África no Brasil. Foi importante, assim, que tivéssemos o cuidado e atenção, visto que estes dados fornecem interpretação ao entendimento de que a área, como um lugar institucional de estudo consolidado, igualmente tenha se dado a partir das temáticas caras a ela e aos vínculos deixados pelos estudiosos que na mesma se comprometeram.

Buscar entender as minúcias deixadas pelos assuntos tratados, sejam eles desde a Luanda do século XVIII em seu comércio de escravizados realizados a partir de intermediadores da conhecida “rainha” Nzinga, ou pelos processos de elaboração dos

conflitos na sociedade ruandense nos anos 1990; tornou-se evidente uma linha que se desdobra entre estudantes nos Programas de Pós-Graduação em História que nos serviram como objeto de exame: têm-se, em alguma medida, outras formas de “silenciamento”.

Agregar aos valores quantitativos entrelaçados à pesquisa temática desnuda um campo a ser observado cuidadosamente em termos de cultivo. Para tanto, as palavras de Michel Rolph Trouillot nos guiam como gestos de observação às ferramentas de operação no solo¹⁰⁴. O processo de personagens importantes e silêncios descortinados pelo autor em meio ao digladiar da história do Haiti no seu período revolucionário denotou de forma clara o “fazer” História como uma passagem imbricada nas relações de poder da sociedade na qual o processo epistemológico esteve inserido.

Neste caminhar, os lugares e personagens ocupados pela historiografia do Haiti e dos trabalhos realizados sobre africanos trazidos forçadamente para a América se confrontaram ao que o autor nos faz perceber como “importância da Europa na descoberta do continente americano”. Este ponto se salientou na chegada de Colombo e como esta suscita embates historiográficos mais largos nas academias contemporâneas e como o mesmo foi visto como tema mais importante do que o processo de uma revolução conduzida por negros locais e africanos escravizados no bojo da Revolução Francesa, em pleno século XVIII.

Até dentro das próprias narrativas, tratadas por Trouillot como pertencentes ao universo sócio temporal que as produziram, alguns personagens somem ao se envergarem para o lado oposto da “História Oficial”; ou transpondo ao debate contemporâneo *en voga*, como alguns preferem dizer, da “História Global”. Localizar e

¹⁰⁴ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

rastrear essas histórias eclodiu em importância: o silêncio fez com que a fabricação dos conhecimentos acerca de indivíduos “notórios” ou processos históricos relevantes fossem desconsiderados ao nível do paradigma eurocêntrico hegemônico.

Arelado a esta ideia, os estudos a serem apresentados a seguir apresentam um entrelace ao que Paul Zeleza chamou de “encontro problemático” presente na abordagem a partir do fio condutor do paradigma pós-colonial e seu enlace com a história africana¹⁰⁵. Segundo o autor, decorreu-se a partir dos anos 1970, a formulação de uma perspectiva em caráter de modelo que demonstrasse as problemáticas africanas e seus processos de formação dentro de seu espaço-tempo singular. Entretanto, ao que se buscou complexificar as chaves de entendimento das sociedades em África, sua posição marginalizada na escala global não conseguiu ser resignificada.

A História como lugar do conhecimento “válido” eurocêntrico amarrou as possibilidades de negação que as outras Histórias continham em si: em graus diferentes de questionamento, formações sociais no tempo e, acima de tudo, formas diferentes de entender e dialogar a partir de outros saberes. Neste constructo, o paradigma pós-colonial, segundo Zeleza, apesar de fazer insurgir outras formas de conhecimento, atrela este à moda acadêmica e ao lugar de conhecimento que os permitem de serem elaborados: formou-se um paradoxo necessário à implosão por dentro¹⁰⁶.

Rivalizar, portanto, os conhecimentos surgidos a partir da onda pós-colonial, e mais especificamente para a historiografia da História da África, iniciada com a Coleção História Geral da África, deu-se numa chave da incongruência. Foi à luz do arar epistemológico feito nas grandes universidades dos Estados Unidos e da Europa que a História da África se visibilizou para o restante do mundo, porém a questão que nos

¹⁰⁵ ZELEZA, Paul Tiyambe. *The Troubled Encounter Between Postcolonialism and African History*. Periódico da Academia Canadense de História. Nº 172, 2006, 89–129.

¹⁰⁶ *Ib. Idem.*

ainda paira: que tipo de História foi esta a ser “válida” pelos pares acadêmicos em sua onda, orientada como “moda”, do paradigma pós-colonial?

Achille Mbembe igualmente ofereceu ferramentas perspicazes para que a análise se aprofunde a um nível mais denso no processo de formação de uma historiografia acerca da história da África no mundo, encostando-se, a alguma medida, nas preocupações que esta traz ao seio sócio histórico que nos interessa no Brasil¹⁰⁷. A crítica ao modelo pós-colonial possui relevância quando se pensa na “razão negra” instituída e trabalhada pelo historiador. Os casos exemplificados são distintos, entretanto nos gera um afinamento importante que em algum momento historiográfico traz à tona as palavras de Zeleza.

Organizar e trabalhar os estudos com foco nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, com o recorte realizado a partir das notas da Capes, dentro dessa linha de pensamento, foi esmiuçar ao máximo as reverberações que as informações foram capazes de apresentar. Assim, de forma contínua, a análise cronológica que nos chegou a partir das amostragens qualitativas fora de fundamental importância para a abertura dos “silêncios” que nos foram impostos e que se reproduzem por vácuos no terreno a ser preenchido.

O adubo e incremento de estudos sobre História da África no Brasil foi bastante incisivo nos últimos anos. Não obstante, casos particulares desses primeiros passos necessitaram de destaque para que pudéssemos aprender a buscar novos conhecimentos que estamos confeccionando no período recente e que estes não foram meros frutos da subjetividade dos pesquisadores. A experiência aliada ao ambiente acadêmico, às

¹⁰⁷ MBEMBE, Achille. *Crítica à razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

ofertas de disciplinas, ao contingente de professores e ao acesso à bibliografia sobre a temática podem ser pontos que sugerem um maior alcance dos estudos.

Em todo caso, as oscilações e constâncias apresentadas nos dados quantitativos nos surpreenderam ao mostrar números que, dentro do mesmo Programa, possuem continuidade mesmo com o ingresso de novos professores de História da África nos respectivos Departamentos, tratando-se de forma temática a questão. Além disso, somaram-se a este espectro as diferentes iniciativas de estudos no tema, onde em espaços universitários distintos congregaram temporalidades de surgimento díspares.

Contudo, foi tentado realizar buscas e estratégias de leitura que pudessem somar ao propósito teórico que nos foi legado pelos autores supracitados. Abordagem que nos remete ao resguardo com relação aos trabalhos que foram idealizados de forma muito recente, como a inserção de uma historiografia ainda incipiente no Brasil. Outrora, os laços formadores dos estudos de História da África desde 2003 possuem vínculos históricos e sociais que nos levaram a repensar a produção historiográfica sobre o tema no país, visto que detêm “silenciamentos” – meios propositais de produção da escrita da história - que não puderam ser desconsiderados.

Proposta de uma visão qualitativa sobre os estudos de História da África em meio aos projetos sócio institucionais de alocação dos conhecimentos

Desenhar um mapeamento das teses e dissertações com relação ao tema-cerne deste trabalho foi um exercício realizado no sentido de auxiliar e recompor uma trajetória historiográfica de que muito se fala, mas pouco se sabe. A importância da lei

10.639/03 levou aos docentes e formadores no campo da Educação uma discussão que se pauta muito mais profundamente pelo aspecto que Ngugi Wa Thiong’o denominou como “descolonização das mentes”¹⁰⁸.

Subjetivamente, os lugares do colonialismo no “ser” se mostraram, segundo o autor, de forma a se perder a mensuração e seu impacto. Nisto, a psicologia social e a linguagem parcamente realçaram estruturas que não desempenharam uma ligação com as ingerências de uma colonização que se reverbera, ainda hoje, no Saber. Neste ponto, a cada pessoa, e desta inserida em coletivos, grupos e sociedades; perderam-se os aspectos de uma construção do conhecimento que fosse vista de forma mais pluralizada.

A historiografia como uma área de desempenho das relações de poder, como já observou Trouillot¹⁰⁹, não esteve de fora deste aspecto em sua formação como nos chegou aos dias atuais. Portanto, os dados a serem elencados foram percebidos a partir deste prisma. Deste modo, não se perderam de vista as contribuições doadas pela historiografia que orienta a construção da base de dados.

Inicialmente, os dados levantados foram retirados da Plataforma Sucupira onde estão dispostos de forma a apresentar toda a produção dos Programas que nos servem de referência para a confecção da verificação. O debulhar dos temas sobre História da África foram garimpados ao longo dos anos e condensados em uma tabela que nos apresentou os trabalhos, autores e nível do curso no qual a pesquisa foi defendida.

Organizá-los de maneira cronológica foi a opção escolhida visto que a temporalidade do recorte da pesquisa denota uma importância e impacto ao nível de robustez dos Programas e quantidade de teses e dissertações confeccionadas em cada

¹⁰⁸ THIONG’O, Ngugi Wa. *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Heinemann Educational, 1986.

¹⁰⁹ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Op.cit.*

um deles. Igualmente, foram conjugadas informações que foram extraídas dos resumos encontrados nas páginas virtuais dos cursos. Este último aspecto de pesquisa foi muito relevante, visto que para a comprovação da temática, muitas das vezes o resumo se fazia um referencial incontornável.

Após a coleta, a organização em tabelas com os dados, levou-se em consideração a identificação dos trabalhos a partir de seus títulos. Neste processo, a análise que aqui nos importa se contrai neste aspecto de relevância. A elaboração de um corpo de dados que apresentasse os resumos inviabilizaria por espaço a inserção de pontos que levassem a estes aportes de conteúdo.

O que seria História da África? Os dados qualitativos a partir de um instrumento de recorte

Elaborar uma ferramenta que sirva de instrumento para as considerações sobre História da África dentro dos Programas de Pós-Graduação se tornou um desafio. Muitos estudiosos vieram trabalhando com diferentes perspectivas do que poderia ser apontado como um estado relativo da área. Vanicleia Santos, em 2012, consolidou dados que se debruçavam sobre os diferentes e mais variados trabalhos¹¹⁰.

Entretanto, ainda nesse caminho, a historiadora não trouxe à baila uma definição concreta que poderia ser fomentada *a posteriori* como um critério de formação para os estudos em História da África. Muitas vezes, o diálogo apontado com as abordagens

¹¹⁰ SANTOS, Vanicleia S. A *redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012)*. In: Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP. LISBOA: A ULP, 2012, p. 243-254.

construídas no âmbito das preocupações da Educação e da História das Relações Étnico-Raciais se entrelaçava e se diluía no que os intelectuais percebiam como história das sociedades africanas.

Outros dados relativos ao tráfico de escravizados para as Américas suscitam polêmicas de enquadramento onde nas reuniões da ANPUH em 2011 registraram-se vários debates. As colocações com relação ao tema ligaram a importância destes para a História da África como pontapé inicial para a formação da área, mas decidiu-se que os estudos levados à frente pelos acadêmicos do escopo seriam da relação do comércio de escravizados com a própria África e com a parte americana da dinâmica, quando focados os africanos escravizados.

Para o desdobrar dos dados que serão trabalhados e o filtro pelos quais passaram as leituras de títulos e resumos, deu-se inúmeras questões de provisionamento de elementos que foram essenciais no que se apresenta aqui.

Pesquisas em História da África no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Abrindo sulcos na terra, a lei 10.639/03 impactou nos estudos acerca da História da África nos Programas de Pós-Graduação na área de História no país. Paralelamente, a organização da disciplina como eixo fundamental de discussão da bibliografia recente que se adentrava à Universidade e como formas dos alunos de graduação ter contato primário com as questões africanas, o produto foi de uma conquista fulcral.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul somou esforço nesse intento. O Programa que possuía, no momento da pesquisa, conceito “6” pela Capes, concentra a maioria de seus estudos nas questões da História Regional da região Sul, quando não mais fortemente na área do estado do Rio de Grande do Sul. Além desse aspecto, teses e dissertações sobre o estuário da Prata nas Eras Moderna e Contemporânea possuem grande relevância.

É neste entremeio que alguns estudos sobre História da África despontaram ao longo do período compreendido na análise da pesquisa. Um número parco que apresenta “silêncios” e espacialidades que se desdobram a partir da compreensão do ingresso muito recente de professores que dominam a temática e possuem espaços de orientação no Programa.

Os estudos que nos chegaram a partir da coleta de dados, apesar de seu pequeno número, são significantes em importância, pois tratam de assuntos muitas vezes não considerados recorrentes dentro dos trabalhos das teses e dissertações que apareceram em outros Programas de Pós-Graduação em História.

Abaixo, segue a tabela, que nos orienta de forma cronológica acerca dos três estudos que foram desempenhados no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

Quadro VIII

Dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (2003-2016).

História da África - UFRGS			
Ano	Título da Tese ou Dissertação	Autor (a)	Nível
2007	Africa do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao Pós-Guerra Fria (1984-1994).	Ana Lúcia Danilevicz Pereira	Doutorado
2010	Africanos e afrodescendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia do IHGRS (1940).	Sarah Calvi Amaral Silva	Mestrado
2015	Olaudah Equiano: a vida de um marinheiro negro no Atlântico do século XVIII e a memória da África.	Rafael Antunes do Canto	Mestrado

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-UFRGS

Dentro do intervalo que nos compete, o primeiro estudo a despontar no Programa, tratou-se de uma análise comparada. Quatro anos após o início da vigência da lei 10.639/03, deu-se a conclusão e apresentação da pesquisa. Vislumbrando que estamos a tratar de um trabalho de Doutorado, esta iniciativa de titularidade de Ana Lúcia Pereira, pode ter se iniciado justamente no ano da promulgação da legislação ou então ainda um ano antes.

Cabe ressaltar que, no mundo contemporâneo, as Relações Internacionais realizadas entre Brasil e África do Sul se deram de forma mais incisiva a partir dos anos 2000. Com este pano de fundo, o destaque ficou por conta de se trabalhar com um período sul africano que ainda é muito pouco explorado em trabalhos na área de História no Brasil: a ruptura do Apartheid, soltura de Nelson Mandela da prisão até a sua eleição em 1994. Trabalhos como este foram importantes e contabilizam na

historiografia um trato com regiões africanas pouco trabalhadas pela historiografia brasileira, como veremos a seguir.

Adiante, no ano de 2010, três anos após o conhecimento público da tese que descortina o Programa no período para a História da África, há um trabalho que causa dúvidas em questões de pertencimento a área na qual se desenhava enquanto objeto de estudo. Já discutimos aqui a conversa fundamental que houve entre Relações Étnico-Raciais e o surgimento das pesquisas em História da África no Brasil. Entretanto, levando em consideração o marco elucidado da criação do Grupo de Trabalho da ANPUH, o estudo merece destaque.

De acordo com a documentação, seriam considerados como produtos de pesquisa e de atribuição da área de História da África, as histórias de africanos escravizados, desde que contempladas à sua maneira, ou seja, como detentores do espaço-tempo oriundo da África e de seus fazeres, pensares e dizeres; mesmo na diáspora. Portanto, “Os Africanos e os afrodescendentes nas origens do Brasil” de Sarah Calvi Silva se adequa ao conjunto.

O estudo destaca um terreno de preocupações do engendrar-se em um Brasil a partir da África. A intenção neste caso foi entender as possibilidades de contribuições, trabalhos e outros meios de africanos no país. As relações que africanos escravizados estabeleceram, principalmente nas visões que se deram nos Congressos, foram objetos de estudo da pesquisa em questão.

Cinco anos depois, um trabalho sobre um africano viajante apontou a insurgência de uma nova perspectiva que deve se arrastar para os anos próximos do Programa. Rafael Antunes do Canto nos apresentou, em uma pesquisa de Mestrado, a

trajetória de Olaudah Equiano, sob orientação do professor José Rivair Macedo, docente então migrado para a disciplina de História da África.

O trabalho pôde ser considerado a partir de uma perspectiva diferenciada, pois tratou-se de uma pequena biografia onde a maioria dos subsídios das fontes estavam escritas em inglês – idioma pouco trabalhado nos fazeres da pesquisa em História da África no Brasil. Além disso, os caminhos percorridos de leituras de fontes somaram-se ao acesso em língua portuguesa do Brasil dado por este estudo a outras redes de objetos a serem apreendidos para pesquisas.

Assim, deu-se na cronologia os estudos acerca da História da África no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Demonstrou-se uma linearidade na quantidade de estudos e os seus “silenciamentos”, ao longo do período, foram notórios em termos temáticos, vistos que não se puderam distribuir os temas dentro de um corpo de estudos maior. Porém, a relevância dos empenhos, trazendo em dois casos assuntos pouco trabalhados no país, foram destaques importantes desta produção historiográfica.

Os estudos de História da África no Programa de Pós-Graduação em História da Federal de Minas Gerais

Realizar cruzamentos a partir dos dados coletados foi um exercício que saltou aos olhos dentro das possibilidades de produção no Programa da Universidade Federal de Minas Gerais. O rastreamento se mostrou um tanto mais denso, com exemplares de

estudos menos espaçados na cronologia delimitada. O número de teses e dissertações elaborou-se em constância durante os anos quando se despontavam.

Neste exemplo, devemos considerar uma inserção igualmente muito recente de professores e professoras que se alocaram na disciplina de História da África e, por conseguinte, geravam frutos nas pesquisas na Pós-Graduação. Estes “silêncios” deverão ser compreendidos como breves hiatos levando em estimo esse aporte de informação institucional. No entanto, a partir dos próximos anos, salientando a segmentação de Doutorado com uma duração de quatro anos, os produtos elucidarão uma melhor visão acerca da produção na Federal de Minas Gerais.

Conjugar os espaços demonstrou, neste ponto, uma realização de cotejamento com outras esferas de informação. A disciplina para o curso de graduação só obteve obrigatoriedade instaurada no currículo a partir do ano de 2011. Entretanto, este aspecto foi igualmente implementado em outras universidades, como é o caso da Federal Fluminense, onde o currículo passou a vigor com História da África no mesmo ano. Assim, se depurou, ao exemplo, uma justificativa que aparece em outros casos analisados.

Abaixo seguem os dados relativos ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, levando em consideração o período de 2003 a 2016:

Quadro IX

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFMG (2003-2016).

História da África - UFMG			
Ano	Título da Tese ou Dissertação	Autor (a)	Nível
2005	Nas Margens da História e da Ficção: identidades impressas e fronteiras do nacionalismo em Angola - 1866-1910.	Ana Mônica Henrique Lopes	Doutorado
2006	As Nossas Áfricas: População Escrava e Identidades Africanas nas Minas Setecentistas.	Rodrigo Castro Rezende	Mestrado
2009	Africanos e Crioulos no Banco dos Réus: Justiça, Sociedade e Escravidão em Oliveira, MG. (1840-1888).	Leonam Maxney Carvalho	Mestrado
2014	Isso Não É África, É Cabo Verde: o Movimento Claridoso e a Busca por uma Identidade Crioula (1931-1960).	Taciana Almeida Garrido de Resende	Mestrado
2015	A Introdução dos Estudos Africanos no Brasil nos Anos 1960-1985.	Mariana Schlickmann	Mestrado
2016	A Religião dos Barbacins, Casangas, Banhuns e papéis nos relatos de viagem na Guiné (1560-1625).	Jeocasta Juliet Oliveira Martins	Mestrado
2016	O Gâmbia no Mundo Atlântico Fulas, Jalofos e Mandingas no Comércio Global Moderno (1580-1630).	Felipe da Silveira Malacco	Mestrado

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGH-UFMG/Arquivo Eletrônico da Coordenação de Pós-Graduação em História da UFMG.

O desdobramento dos silêncios em meio ao espaço do Programa nos dois primeiros anos iniciais se rompe em 2005. O trabalho de Ana Mônica Lopes surge, fruto de um trabalho de Doutorado, que certamente se iniciou antes do período de institucionalização do ensino de História da África e cultura afro-brasileira na Educação Básica.

Neste percurso, a nacionalidade angolana foi o cerne da pesquisa, abrangendo o período final do século XIX e o início do século XX. Com relação às fontes impressas, que possuíam proveniência do mundo da Imprensa, lograram-se, assim, detalhes que dizem respeito aos trabalhos que conduzem iniciativas de compreensão ao mundo colonial africano de língua portuguesa.

Em outros casos veremos essa mesma assiduidade de temáticas debruçadas a partir deste elemento, como foi o caso do estudo de 2014 que trata sobre Cabo Verde e igualmente versa sobre a construção da identidade local, no arquipélago de colonização portuguesa. O acesso às fontes e a facilidade de leitura foram um grande ponto de incremento das pesquisas nesses sentidos. Isto não fugirá a outros Programas que abordaremos mais adiante.

Esmiuçando mais adentro as pesquisas, além dos anos de 2006 e 2009 com trabalhos acerca de Cabo Verde, a historiografia do Programa nos contemplou com estudos que possuem ligações diretas da presença de África no Brasil. Eles foram considerados justamente por tratarem das dinâmicas de africanos escravizados, seus trabalhos e meios de sociabilidade, mais especificamente, nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.

A partir de 2015, surgiram no Programa, ao nível de Mestrado, trabalhos orientados pela professora Vanicléia Santos, que depreendem do seu ingresso no Departamento de História da UFMG. Com um trabalho sobre historiografia dos estudos africanos e outros dois conseguintes acerca do comércio na região da África Ocidental, desdobrou-se de forma contundente uma linearidade de trabalhos que só poderão ser efetivados em constância numa pesquisa futura a partir dos dados que se descortinarão a

seguir; não deixando “silenciamentos” visíveis a partir de outras temáticas possíveis a serem desenvolvidas.

No mesmo ano do início da série de trabalhos elucidados acima, um novo professor de História da África ingressou como elemento importante de impacto nas pesquisas que se dariam a seguir. Entretanto, ainda foi muito incipiente o recorte cronológico para a apreensão de determinados esforços que puderam ter sido concluídos ou apresentados em forma final no Programa.

O Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e os trabalhos em História da África

Interferências invadem o silêncio com rompantes muito recentes. Trabalhar África em sala de aula se tornou indispensável para a formatação de currículos mais diversos e multiculturais, dando margens à formação de novas narrativas e perspectivas identitárias. O conjunto de fatores que desencadearam este processo, por muitos casos, paralelamente realizou um ingresso recente no âmbito universitário.

Apesar das diferentes combinações dadas nos mais singulares aportes das universidades no Brasil, muitas delas realizaram este movimento de forma a se adentrar nas preocupações acerca de África, de forma bastante indireta. O caso do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi bastante peculiar nesse sentido.

Com um grande número de trabalhos relacionado ao tráfico de escravizados e, com eles, as sobrevivências e sociabilidades dos negros e africanos escravizados no

Brasil, muito do que se formou historiograficamente no Programa, no adentrar da segunda década dos anos 2000, fez-se por este meio. As relações de preocupação com as palavras nas teses e dissertações desenvolveram-se em conjuntos inesgotáveis e valiosos para a inserção de temáticas regulares sobre o continente africano, com preocupações no Brasil.

O ingresso de professores especializados na cronologia e sociedades africanas se deu a partir de 2010. Ano em que justamente houve o primeiro trabalho incrustado em nossa temporalidade com relação e afincado à dinâmica africana, porém que se remete ao passado historiográfico caro ao desenrolar das ações epistemológicas do Programa em questão.

Logo abaixo é possível observar os dados do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro dentro da cronologia da pesquisa, a partir dos anos em que possuem trabalhos levantados:

Quadro X

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (2003-2016)

História da África – UFRJ (História Social)			
Ano	Título	Autor (a)	Nível
2010	Sob o Paradigma da Diferença: Estratégias de Negociação, Submissão e Rebeldia entre Elite e Subalternos no Rio de Janeiro e São Tomé e Príncipe (c.1750- C.1850).	Rodrigo de Aguiar Amaral	Doutorado
2011	Postando o Ideal: A Emissão de Selos Postais Moçambicanos pelo Estado Novo Português (1931-1961).	Rafaela Alves da Silva Balsinhas	Mestrado
2011	Terratenentes-Mercadores: Tráfico e	Francisco Aimara Carvalho	Mestrado

	Sociedade em Cabo Verde (1460-1613).	Ribeiro	
2012	Serão Todos Filhos de Adão? A Invenção da África Negra pelo Imaginário Cristão a partir da Literatura de Viagem e Cartografia dos Séculos XV e XVI.	Letícia Cristina Fonseca Destro	Mestrado
2013	De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos Courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa (1715-1760).	Moacir Rodrigo de Castro Maia	Doutorado
2016	Steve Biko e o Movimento Consciência Negra: trajetória e atuação de um jovem líder negro na África do Sul (1969 - 1977).	José Nilton da Silva Júnior	Mestrado

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-UFRJ/Arquivo Eletrônico da Secretaria de Pós-Graduação em História da UFRJ.

Considerando o ano inicial de marco da trajetória de análise, em 10 anos o silêncio com relação à temática da História da África, de maneira precisa, direta e de acordo com a organização dada pela ANPUH; não nos surge enquanto elementos-dados do Programa. Entretanto, a partir do trabalho de Rodrigo de Aguiar Amaral, esta preocupação estava presente desde pelo menos 2006, como podemos observar.

Logo no ano seguinte, em 2011, Rafaela Alves Balsinhas desenvolveu uma pesquisa que se concentrou em compreender a emissão de selos postais moçambicanos por parte do Governo Salazarista. Aqui aparece um trabalho que foca na região de colonização portuguesa em África e nos seus desdobramentos políticos a partir de Portugal e seus mecanismos de controle.

Ainda em 2011, seguindo o eixo de abrangência dos estudos nos sítios de colonização de Portugal, Francisco Aimara nos colocou a par do comércio e suas reverberações sociais no seio de Cabo Verde na época Moderna. Trabalho que elucidou o vínculo da modernidade, do tráfico e da historiografia anterior do Programa, muito consolidada e debatida aos olhos e orientações dos professores João Fragoso e Manolo Florentino.

Nos dois anos subsequentes, deu-se o surgimento de dois trabalhos, um ao nível de Mestrado e outro de Doutorado. Letícia Destro tratou sobre as representações e construções mentais da ideia da África Negra a partir de uma perspectiva cristã igualmente na época Moderna. Temporalidade esta, que serviu como instrumento cronológico para Moacir Maia, mais uma vez endossar a perspectiva do tráfico de escravizados, tendo como cerne a diáspora dos Courás do Golfo do Benim no século XVIII.

Entre 2014 e 2015, um novo silêncio se instaurou nas teses e dissertações do Programa. Até que em 2016, José Nilton Júnior recobra as produções levando aos olhos do leitor uma perspectiva bastante inovadora, apresentando a trajetória do Movimento Negro africano, sob o viés da territorialidade sul-africana do mundo contemporâneo.

Expondo percalços significativos, os desdobreres de pesquisas com relação à história da África expos um cenário inicial que se supõe ser promissor. Os desenhos e contornos dados ainda estão por se seguir. Entretanto, causa uma dúvida, a partir dessa amostragem que nos revela um processo de engajamento que pode nos levar a terrenos mais férteis e vindouros.

Os estudos de História da África e o Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp

Buscar compreender os estudos de História da África em meio à iluminação das teses e dissertações juntou-se a um processo de realocação das possibilidades de mensuração de acordo com a particularidade de cada instituição. Em vários casos, as variantes qualitativas de apreensão foram enormes. Critérios universalizantes demonstraram pouca precisão no cultivo de aferições mais cuidadosas e delicadas.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas foi um dos que o cuidado em arar a terra se deu de forma mais significativa. O olhar em abraçar os “silêncios” conduzidos ao espectro da historiografia que se conduziu nos estudos, revelaram ao nível quantitativo estudos importantes e com continuidades consideráveis.

Contudo, um primeiro elemento nos remeteu a uma cartografia fulcral quando se trata do desenrolar dos estudos em História da África neste âmbito institucional. Relembrar que na Unicamp, o Programa abraçou e se tornou reconhecido por grandes estudos que sustentam análises no período da escravização dos negros no Brasil e a *posteriori*, com relação à população negra no país, foi de enorme valia. Isto fez com que no escopo das teses e dissertações, os estudos em História da África fossem conjugados com a preocupação de desenvolvimento dos anteriores mencionados.

As relações de poder por espaços epistemológicos de compreensão se fez ressaltar a partir de outro dado muito emblemático para o levantamento das informações que aqui se apresentarão: o Programa de História da Unicamp manteve um nível de teses e dissertações bastante menor do que a orientação de outros que possuem destaque

tanto em nota de avaliação da Capes, como de reconhecimento em patamares nacionais e internacionais. Os trabalhos realizados anualmente não extrapolaram, muitas vezes, o número de 40. Entretanto, dentro de seu espaço de produção e comparado às iniciativas empreendidas por outros terrenos institucionais, a relevância se tornou indiscutível.

Em seguida, podemos observar as temáticas desenvolvidas nos estudos de História da África no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas:

Quadro XI

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (2003-2016).

História da África – Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp			
Ano	Título	Autor (a)	Nível
2003	Anglofolias e Anglofobias: percursos historiográficos e políticos da questão do comércio de africanos (1826 - 1837).	João Eduardo Finardi Álvares Scanavini	Mestrado
2006	Ortodoxia e poder na África romana: Santo Agostinho, ascetas e donatistas entre finais do século IV e inícios do século V.	Matheus Coutinho Figuinha	Mestrado
2009	Sob o rigor da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841).	Luciana da Cruz Brito	Mestrado
2010	Oliver Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902.	Raquel Gryszczenko Alves Gomes	Mestrado
2011	A construção da negritude: a formação da identidade do intelectual através da experiência de Léopold Sédar Senghor (1920-1945).	Gustavo de Andrade Durão	Mestrado
2012	Vestidos de realeza: contribuições centro-africanas no Candomblé de Joãozinho da Goméia (1937-1967).	Andrea Luciane Rodrigues Mendes	Mestrado

2012	Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c. 1850).	Marcos Abreu Leitão de Almeida	Mestrado
2012	A bem da nação: literatura, associativismo e educação no Brasil e em Angola (1930-1961).	Laila Brichta	Doutorado
2014	A experiência dos Tinyanga, médicos-sacerdotes, ao sul de Moçambique: identidades, culturas e relações de poder (C. 1937-1988).	Jacimara Souza Santana	Doutorado
2015	Espaço e morte na Cartago da Antiguidade Tardia: transformações das topografias mortuária e urbana entre os séculos IV e VII.	Rafael Aparecido Monpean	Mestrado
2016	“Grandiosos Batuques”: identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890-1930).	Matheus Serva Pereira	Doutorado

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas. Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-Unicamp.

A partir dos dados expostos, vemos em 2003 a insurgência de um trabalho logrado desde, inicialmente, o ano de 2001, visto que se trata de um produto vinculado ao curso de Mestrado. Ainda assim, vê-se a marca de contribuições de uma historiografia que denota a preocupação com o tráfico de escravizados realizados para a América, neste caso tendo como vínculo temporal o século XIX.

Com um “silêncio” de dois anos, em 2006 existiu a proeminência de um estudo não tão convencional dentro das estratégias de poder historiográficas do conhecimento, dando visibilidade e trazendo ao terreno da História da África um personagem muito famoso: Santo Agostinho. A temporalidade que se fomenta igualmente se irrompe

enquanto inovadora, demonstrando a possibilidade de se trabalhar com a África nos séculos anteriores a dita Era Moderna para o espaço europeu.

Por mais dois anos de “silenciamentos” se interfere no vácuo com um trabalho que possui linha de pensamento dialógica com as contribuições dos africanos no Brasil e suas formas de aparecimento nos espaços políticos, sociais e religiosos, no Brasil do século XVIII e XIX. O trabalho de Andrea Rodrigues Mendes, do ano de 2012, foi igualmente desenvolvido nesta linha.

Entretanto, antes deste, devemos destacar dois trabalhos relevantes que se apontaram respectivamente nos anos de 2010 e 2011. O primeiro deles acerca da construção de identidade na África do Sul em fins do século XIX e início do século XX. O outro, um decorrer de uma trajetória intelectual de um grande líder africano, fazendo-se incorrer a história intelectual nos espaços acadêmicos e sócio-políticos em África no século XX.

A partir de 2012 ocorreu somente um ano que não se registrou estudos relacionados à História da África no Programa. Um deles decorrentes à preocupação das línguas africanas no âmbito do tráfico de escravizados no século XIX e outros três trabalhos que surgem no conjunto de contribuições do entendimento dos espaços de colonização portuguesa na África, sobretudo abarcando o século XX.

Este itinerário ressaltou os diálogos que o Programa foi capaz de apresentar durante o desenrolar cronológico açambarcado. Os temas não variam muito daqueles trabalhados por outros Programas já esmiuçados anteriormente. As temáticas se concentram no diálogo com o tráfico de escravizados ou nas relações com os espaços de mínima colonização portuguesa. A diferença se encontrou nas temporalidades de se

condensarem dois trabalhos que representaram e se debruçaram entre os séculos IV a VII para os espaços africanos.

O cenário dos estudos em História da África no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense

Apreciando-se em outra peculiaridade, Programas que possuíam um número de trabalhos bastante grande, desenvolveram um quadro com números diversos aos espaços universitários elencados anteriormente. Assim, em muitos casos, as relações de poder fincadas na historiografia, cartografou paradigmas distintos de embates. A grande variedade de estudos em um arcabouço de professores e trabalhos plurais somou-se à promoção de quebras do silêncio por um viés mais estrutural.

O exemplo do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense nos levou a outros cursos que não tinham dantes sido enxergados em outras esferas universitárias. A diversidade de trabalhos, conjugada com a consolidação de áreas que denotam respaldo longínquo no Programa, restabeleceram lanços de importância com o possível incremento de estudos sobre História da África na instituição.

Além disso, o ingresso desde 2004 de professores que se enquadraram especificamente para a disciplina de História da África mostrou um percurso diferenciado, além da migração de uma docente, como parte do corpo de pesquisa e orientações na Pós-Graduação; dos estudos sobre os negros africanos escravizados no

Brasil para o interesse nas dinâmicas e complexidades das sociedades africanas em seus espaços-tempo.

Portanto, abaixo, conseguimos visualizar os dados extraídos da Plataforma Sucupira e página virtual do Programa em questão, organizados de forma cronológica, abarcando os trabalhos resultantes nas pesquisas de Mestrado e Doutorado:

Quadro XII

Dissertações e Teses defendidas no programa de Pós-Graduação em História da UFF (2003-2016).

História da África no Programa de Pós-Graduação em História Social - UFF			
Ano	Título	Autor (a)	Nível
2008	Os "Filhos da Terra": Discurso e Resistência nas Relações Coloniais no Sul de Moçambique (1890 - 1930).	Fernanda do Nascimento Thomaz	Mestrado
2009	Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: O debate político em torno do problema colonial (1951-1975).	Carolina Barros Tavares Peixoto	Mestrado
2010	Comércio e trabalho em Cabinda durante a ocupação colonial portuguesa, c.1880 - c.1915.	Ana Flávia Cicchelli Pires	Doutorado
2012	A África na Imprensa Negra Paulista (1923-1937).	Rael Fizon Eugenio Dos Santos	Mestrado
2012	Etnicidade e racismo em Angola: Da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992.	Tatiana Pereira Leite Pinto	Mestrado
2012	Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re) ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894 - c. 1940.	Fernanda do Nascimento Thomaz	Doutorado
2012	Memórias de um Golpe: O 27 de Maio de 1977 em Angola.	Inácio Luiz Guimarães Marques	Mestrado
2013	Os homens do rei em Angola: sobas,	Flávia Maria De Carvalho	Doutorado

	governadores e capitães mores, sécs. XVII e XVIII.		
2013	Entre Mouros e Cristãos: os mandingas da "Guiné de Cabo Verde" (séc. XVI e XVII).	Beatriz Carvalho Dos Santos	Mestrado
2014	A Polifonia Conceitual: A resistência na História Geral da África (Unesco).	Felipe Paiva Soares	Mestrado
2014	Migrantes da descolonização: Portugueses e luso -angolanos no Brasil (1974 - 1977).	Isabel De Souza Lima Junqueira Barreto	Doutorado
2015	"Angolano segue em frente": Um panorama do Cenário Musical Urbano de Angola entre as Décadas de 1940 e 1970.	Amanda Palomo Alves	Doutorado
2015	Integração de famílias autóctones no colonato do Limpopo em Moçambique 1959-1977.	Manuel Henriques Matine	Mestrado
2015	Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia "reformada": um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.	Ingrid Silva De Oliveira Leite	Doutorado
2016	No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550-1625).	Francisco Aimara Carvalho Ribeiro	Doutorado
2016	A identidade nacional angolana - definição, construção e usos políticos.	João Paulo Henrique Pinto	Mestrado

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

Fontes: Plataforma Sucupira/Página PPGHIS-UFF.

Em cinco anos, a partir de 2003, o silêncio imperou no Programa com relação aos trabalhos da área de História da África. Esta nuance pode ser compreendida com os percalços e projetos que ainda não teriam migrado para orientações e professores que haviam se recém-disponibilizado para estes estudos. Muito se produziu acerca do tráfico

e com relação aos escravizados no Brasil, como igualmente foi um aporte significativo do Programa, decorrendo até a atualidade.

Em 2008, o primeiro trabalho demonstrou uma preocupação que se iniciou em 2006, visto se tratar de uma pesquisa de Mestrado. Fernanda Thomaz desenvolveu uma correlação de letras e Moçambique no início do período colonial. Este despontar significativamente expôs a área em que o Programa mais produziu trabalhos, os espaços de mínima colonização portuguesa na África.

Outros estudos dessa faceta predominaram de forma avassaladora neste meio universitário, quase sempre por conta dos caminhos dados a partir das orientações e das possibilidades de professores desempenharem outros projetos com temas que não estariam sobre suas pertinências. Isto se comprova com debates culminados nas teses e dissertações acerca de Angola e Moçambique contemporâneos entre 2009 e 2016, com pelo menos um trabalho em cada ano.

Estas relações se entremearam com produtos pontuais que foram conduzidos por outros vieses. Em 2012, houve a preocupação de se apresentar a África a partir do olhar da Imprensa Negra Paulista do início do século XX. Beatriz Santos abriu olhares sobre a “Guiné de Cabo Verde” na era Moderna, em 2013. No ano seguinte, Felipe Paiva Soares destrinchou a Coleção da História Geral da África, conjugando historiografia e a busca pela escrita acerca da “resistência”. Por fim, em 2016, Francisco Aimara Ribeiro nos colocou a par das dinâmicas das ilhas de Cabo Verde e sua relação com o espaço litorâneo na África Ocidental a partir do olhar de André Álvares de Almada.

Mesmo por esta esteira, a concentração em determinadas espacialidades em África desencadeou combinações de observações que se queriam distintas umas das outras. A abordagem política e a questão da nacionalidade estiveram presentes, assim

como em outros trabalhos de Programas de Pós-Graduação em História já citados. O que nos salta aos olhos aqui foi a concentração de orientações e, por conseguinte, da potencialidade plural de pesquisas que a cronologia recente ainda não nos deixa saber como se dará a partir dos próximos anos.

Uma trajetória qualitativa dos estudos em História da África no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo

Elaborou-se a partir da instrumentalização da disciplina de História da África nos currículos universitários um meio de acesso e diálogo com o público acadêmico, dando visibilidade e contato com a historiografia da temática. Em alguns casos este tipo de iniciativa se deu de forma inicial ainda nos anos de 1990. Foi o caso da Universidade de São Paulo, onde a disciplina se encontrava no quadro de optativas de Graduação desde 1998.

Assim, professores ingressaram no Departamento deste espaço acadêmico anteriormente ao processo que se deu a partir da demanda da lei 10.639/03. A procura por temas que se referissem à disciplina e às bibliografias que davam corpo às discussões desencadeou um número grande de trabalhos acerca da História da África.

Em 2003, foi possível se descortinar um cenário fértil, que a partir dos dados coletados, percebeu-se o grande número de teses e dissertações que abrangiam diferentes assuntos acerca das sociedades africanas. Entretanto, de forma qualitativa, muitos deles desempenham aspectos muito parecidos com os casos de referência

historiográfica que compreende os outros Programas, como o enfoque nas regiões de colonização portuguesa em África.

Logo abaixo, podemos perceber a amostragem coletada com os dados do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, apontando cronologicamente as pesquisas e seus relativos temas:

Quadro XIII

Dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (2003-2016).

História da África – Programa de Pós-Graduação em História Social – USP			
Ano	Título	Autor (a)	Nível
2005	Um só povo, uma só nação. O discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979).	Kelly Cristina Oliveira de Araújo	Mestrado
2005	Letras negras em folhas brancas: a construção da nação em Angola por Assis Júnior (1917-1935).	Regina Célia Soares Claro	Mestrado
2006	Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX.	Enidelce Bertin	Doutorado
2006	A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações.	Alexsander Lemos de Almeida Gebara	Doutorado
2006	De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850).	Regiane Augusto de Mattos	Mestrado
2008	África indômita: missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII).	Rosana Andreia Gonçalves	Mestrado
2008	Homens de ferro. Os ferreiros na África	Juliana Ribeiro da Silva	Mestrado

	central no século XIX.		
2009	Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida.	Paulo Fernando Campbell Franco	Mestrado
2010	Diagonais do afeto: teorias do intercâmbio cultural nos estudos da diáspora africana.	Alexandre Almeida Marcussi	Mestrado
2010	Agostinho da Silva e o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO): a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil.	Gilson Brandão de Oliveira Junior	Mestrado
2011	Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, séc. XIX.	Juliana de Paiva Magalhães	Mestrado
2012	A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO).	Muryatan Santana Barbosa	Doutorado
2012	Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890).	Juliana Barreto Farias	Doutorado
2012	Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII.	Mariana Bracks Fonseca	Mestrado
2012	"Donde o ouro vem": Uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI).	Ivana Pansera de Oliveira Muscalu	Mestrado
2012	Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu: poder e catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795).	Thiago Clemêncio Sapede	Mestrado
2012	As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910).	Regiane Augusto de Mattos	Doutorado
2013	Gentes do mato: os "novos assimilados" em Luanda (1926-1961).	Washington Santos Nascimento	Doutorado
2013	A escrita da história de moçambique no romance Terra Sonâmbula, de Mia Couto.	Flavia Renata Machado Paiani	Mestrado
2013	Nzambi ikale ni enhe! Histórias de vida de imigrantes angolanos em São Paulo.	Teresa Cristina Teles	Mestrado
2014	Da cupópia da cuíca: a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico Negro (Sécs. XIX e XX).	Rafael Benvindo Figueiredo Galante	Mestrado

2016	Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888).	Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida	Mestrado
2016	De caçadores a caça: sobas, Diamang e o Museu do Dundo.	Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua	Doutorado
2016	Sociedades africanas frente à situação colonial europeia: o Estado Independente do Congo (1876-1908).	Rosana Andréa Gonçalves	Doutorado
2016	Uma “tão pesada cruz”: o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630).	Alec Ichiro Ito	Mestrado
2016	Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950 - 1974).	Lia Dias Laranjeira	Doutorado
2016	Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX).	Juliana de Paiva Magalhães	Doutorado
2016	Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920).	Elaine Ribeiro da Silva dos Santos	Doutorado
2016	Tertúlias Moçambicanas: periódicos de cultura, literatura e construção nacional em Moçambique pós-independência (1978-1986).	Luiz Guimarães Sousa	Mestrado

Dados relativos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Fontes: Plataforma Sucupira/Banco de Teses e Dissertações da USP.

Pela robustez da produção, uma análise holística depreendeu informações relevantes ao patamar qualitativo constitutivo. Os “silenciamentos” ocorreram de forma ocasional com a ausência de trabalhos nas mesmas temáticas que não surgem em outros

Programas, considerando-se a partir do primeiro estudo em 2005. Entretanto, em termos de temáticas, existem inúmeros trabalhos com diferentes temporalidades.

Esses períodos abraçam em sua maioria, como dito anteriormente, os espaços de mínima colonização portuguesa em África. Todavia é necessário ressaltar que o tempo entre os séculos XV e XIX foram similarmente servidos para os elaboradores de produtos finais em teses e dissertações. Em alguns casos, conseguiu-se observar alguns vestígios de temas que se relacionam à África Ocidental, uns poucos com interesse nos africanos no Brasil e ainda a trajetória de Amilcar Cabral, como uma reticência biográfica no seio do conjunto.

Trazendo consigo uma grande carga de trabalhos, os apontamentos com ligações perenes com uma bibliografia incipiente no Brasil se conjugou com esforços dos docentes a fazer um corpo significativo de estudos. Esta análise historiográfica e o acesso às fontes conjuntamente se somaram ao desdobrar de trabalhos com um maior nível de pluralidade que ainda poderá ter uma projeção nos anos seguintes.

Apesar disso, é inescusável sublinhar que as orientações possuem filtros de medida que ao mesmo tempo em que auxiliam no interesse sobre temas, cercam os pesquisadores aos temas propostos pelos conhecimentos já elaborados: uma trave que permitiu uma barreira maior de constituição de obras diversas e outros níveis de abrangência.

Um panorama temático: 2003-2016

Assim colocado, as informações desempenharam um papel de amostragem importante para a noção da construção cronológica dos temas em História da África nos Programas analisados. Em todo caso, as rupturas e os despertares em meio ao silêncio das pesquisas nos garantiram que os avanços serão necessários nos próximos anos.

Alguns temas foram pouco desenvolvidos com relação a produção que foi levantada. Aspectos religiosos e culturais não encontraram um fértil solo para o seu desenvolvimento. Muito do que foi colocado nesses temas foi ainda perceptível e pesquisado a partir das preocupações que existem acerca da tradição religiosa presentes no Brasil sobre a África.

Em questão dos desempenhos multifacetados que abarquem diferentes áreas geográficas da África e uma pluralidade de correntes historiográficas, o pesquisador da área ainda se entrevê refém de uma bibliografia pouquíssimo traduzida, além de elementos de conexão com o Brasil que demonstrem o caráter de “patrimônio”, “tradição” e ligação com a cultura brasileira.

Apesar desses aspectos, muito do que pode ser observado deve ser paralelizado com o tempo que nos detém nos cursos de Mestrado e Doutorado. Por mais que possamos apontar uma ausência produtiva, não se despontando uma temática defendida por um trabalho em determinado ano, devemos considerar esse tempo relativo para a sua produção.

Isto corrobora a visão de que mesmo quando não se há defesa, existe pelo menos uma temática (o que quer dizer que um trabalho está sendo engendrado) naquele ano silencioso para os dados apontados. Esta relação possui entraves burocráticos que dependem conjuntamente do número dos professores que existe em cada universidade para que os alunos possam ser orientados no tema.

Esta questão do corpo docente igualmente faz eco na elaboração dos projetos que muitas vezes possuem vínculos com as pesquisas dos próprios docentes. Ao se institucionalizarem em uma área que os dê visibilidade, os seus projetos de pesquisa e os apontamentos que os números podem desempenhar serão restritos dado o universo que cada docente consegue abarcar com um grupo de alunos e suas interfaces teórico-metodológicas e de conteúdo.

Entretanto, abraçar novos temas e conduzir alunos a descortinar outras temáticas é de fundamental importância para o dinamismo e pluralidade das penetrações que a História da África pode causar na área de História. Já com um número de professores significativo, este projeto não se torna complicado visto que o interesse de alunos ao passar por disciplinas que abranjam os pontos relevantes acerca do continente africano podem despertar novos horizontes.

Grande parte do aporte localizado no âmbito universitário se deu a partir de diversos entraves, mas a concentração de temáticas se sobrejuz ao diálogo enriquecedor que muito se tem produzido em historiografias de outras partes do continente africano, além do repensar basilar das fontes utilizadas nos trabalhos, tanto em seus formatos, naturezas de constituição e proveniências.

Não há dúvida de que os temas podem abraçar outras sociedades e rasgar epistemologicamente a História da África com o desenrolar e discussão de novos pensadores que produzem acerca de outros temas. Porém, a limitação ainda se coloca grande dada à visibilidade dos estudos e o circular transversal que o diálogo com outros interesses históricos ainda exerce nos currículos dos cursos. Assim como nos lembrou

Nilma Lino Gomes acerca da Educação Étnico-Racial¹¹¹, em se tratando de Brasil, a África deve se tornar uma experiência transversal e ser vivenciada nas temáticas como um todo, para qualquer sujeito, em qualquer sujeito.

Contudo, esta trajetória de análise possui em si uma incompletude. Pensar e refletir sobre a produção docente e os impactos causados pela lei passam por outros fatores: ingresso de novos professores na universidade, diálogos com outros centros de saberes, informações sobre a proporção de alunos e docentes em cada programa, dados totais dos números de um Programa e etc. Com as teses e dissertações defendidas, este mapeamento foi um exercício de possível leitura dos dados a partir deste viés.

¹¹¹ GOMES, Nilma Lino. *Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lugares de África na historiografia recente nos Programas de Pós-Graduação analisados se mostraram de expansão significativa. Um estudo tal qual o realizado nos abraçou por um ineditismo que condensou propostas de continuidade que serão de importância mister. A centralidade das abordagens e da conjugação com o tempo histórico tanto da sociedade quanto da elaboração intelectual dos projetos emergiu com impactos significativos.

Porém, há muito que se desenvolver. O alargamento das fontes e uma análise mais apurada de muitos detalhes que não foram possíveis de serem elucidados por conta da duração do curso de Mestrado são questões que marcam presença no ideal de reverberação do projeto aqui mapeado. Futuras constituições das escritas sobre a História da África no Brasil agregarão maiores valores a partir do passar dos anos.

Entretanto, podemos destacar que em média 1,8-2,05% dos trabalhos realizados nos Programas de Pós-Graduação na área de História analisados possuem vínculos com as temáticas dos Estudos Africanos. Este número representa um incremento visto às ações pontuais que eram realizadas até os anos finais da década de 1990. Em se tratando de expansão, podemos considerar que um número mínimo de estudos foi inserido nos Programas.

Nada obstante, para um melhor detalhamento, deveríamos poder considerar quais as porcentagens e os desdobramentos de assuntos tratados nas outras áreas da História que compreendem e abarcam os estudos restantes dos Programas. Para tanto, seria necessária uma comparação, para de fato sabermos o contingente de Estudos sobre a África nos cursos de Mestrado e Doutorado em História analisados.

Em se tratando do caráter qualitativo, percebeu-se que as pesquisas realizadas com vínculo na África de colonização portuguesa desempenham um interesse majoritário, fazendo com que outras histórias, de outras regiões, não sejam abraçadas nos estudos do Brasil. Assim podem-se apontar trabalhos que se preocupavam com o caráter oficial da escrita da historiografia dos países africanos, ou até mesmo uma história de viés tocante ao universo colonial e seu aparato.

Sentiu-se assim uma dificuldade de inserção na pluralidade de temas e diversidade de aspectos e sociedades analisados pelas teses e dissertações. Ao menos dentro dos centros de referência dos Programas de Pós-Graduação que formam professores da área de História a nível universitário nacional, este condensar de temáticas em aspecto singular demonstra um “silenciamento” que direciona-se para uma ausência de expansão linguística, mas paralelamente aos aspectos de relações de poder com outros espaços africanos.

Além disso, por conta da temporalidade do curso, muitos fatores foram deixados de lado e possuem significância no decorrer de análises que possam abraçar maiores informações. Os dados docentes e inúmeros outros trabalhos produzidos pelos mesmos são de fundamental importância para entendermos o impacto da lei 10.639. Selecionar os estudos relativos à temática apontando para um viés mais complexo deveria contemplar toda a produção acadêmica, conjugada com fatores como o número de professores em cada Programa que se debruça sobre o tema.

Mesmo por este caminho, a historiografia nos foi capaz de desnudar aquilo que Trouillot nos colocou como sendo o “objeto não interessante”¹¹². O campo possui uma abrangência imensa de assuntos que podem ser fincados de maneira mais apurada. A

¹¹² TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

história sobre a escrita acerca da África no Brasil remou para um desaguar recente, apesar das inúmeras iniciativas que o século XX apontou no curso da corrente.

Estes elementos fazem com que pensemos de maneira mais pungente a situação e o descortinar necessário que o silêncio propõe, deixando-nos uma mensagem que foi capaz de ressaltar maneiras possíveis de se desenvolver a História da África no Brasil. Para tanto, fixa-se de forma arraigada ao projeto de uma cultura produzida com mais afinco, como as maneiras de se semear e colher frutos com apreço a outros saberes e formas de reconhecimento dos sujeitos.

O embalar dessa história se confirmou com a possibilidade de enriquecermos neste debate a nível mundial justamente a partir da particularidade brasileira. Entremear fios, juntar os colares em torno ao pescoço. Perceber que o desenvolvimento dos Estudos Africanos no Brasil se deu a partir da preocupação com a “questão negra”, ainda que por uma visão negativa, aberta no final do século XIX, nos aponta o nosso semear específico. Evidentemente, a abordagem não deveria ser mais esta na qual a Ciência de fins do século XIX e início do século XX se perpetuou. O mapeamento, portanto, a ser continuado, serviu como base para buscarmos a possibilidade das emergências nos lugares de silêncio.

BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngoze. *Hibisco Roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Meio sol amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araujo. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

_____. *Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 39, jan-jun de 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMIN, Samir. *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa: Dinossauro, 1994.

AMSELLE, Jean-Loup. & M'BOKOLO, Elikia. (orgs.) *Pelos meandros da etnia: etnias, tribalismo e Estado em África*. Lisboa: Ed. Pedagogo, 2014.

AMSELLE, Jean-Loup. *Branchements. Antropologie de l'universalité des cultures*. Paris: Flammarion, 2001.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AZEVEDO, Amailton. *Qual África ensinar no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Revista da PUC-SP, 2016.

BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *Eurocentrismo, História e História da África*. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 1 jun./2008.

BITTENCOURT, Marcelo; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações*. Métis: história & cultura. Caxias do Sul, RS: Educs, v. 10, nº 19, 2011.

CARNEIRO, Edison de Souza. *Candomblés da Bahia*. Editora Museu do Estado da Bahia: Salvador, 1948.

_____. *Negros Bantos*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1937.

_____. *O Quilombo dos Palmares*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1947.

_____. *Religiões Negras*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1936.

COSTA e SILVA, Alberto da. *A história da África e sua importância para o Brasil*. In: *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CURTIN, Philip. *Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história da África em geral*. In.: KI-ZERBO, J. (org.) *História Geral da África*. Vol I. Metodologia e Pré-História da África. Brasília: UNESCO, 2010.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Paulo F. de Moraes. *Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural*. *Revista Afro-Ásia*, 29/30 (2003), p. 317-343.

FERREIRA, Roquinaldo. *A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 73-90 – 2010.

FONSECA, Dagoberto José da. *A História, o africano e o afro-brasileiro*. *Cadernos de Formação - Pedagogia Cidadã*, UNESP-PROGRAD, v. 01, n.01, p. 57-68, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GOMES, Nilma Lino. *Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

HERNANDEZ, Leila Leite. *História da África no Brasil*. Cerrados (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010.

_____. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOUNTONDJI, Paulin J. *Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, Março, 2008.

KI-ZERBO, J. *Introdução Geral*. In.: *História Geral da África: I, Metodologia e pré-história da África*. São Paulo. Ática, UNESCO, 1982.

_____. *História da África Negra*. Volume 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1972.

LOPES, Carlos. *A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos*. Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29.

MABANCKOU, Alain. *Verre cassé*. Paris: Ed. Seuil, 2005.

MACAMO, Elísio. *A constituição de uma sociologia das sociedades africanas*. Estudos Moçambicanos, 19: 5-26, 2002.

MACEDO, José Rivair de (org.). *O pensamento africano no século XX*. São Paulo, Outras Expressões, 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.9, p. 33-53, 2004.

MBEMBE, Achille. *As formas africanas de auto-inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, ano 23, nº 1, 2001, 171-209.

_____. *Crítica à razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo: número especial 2012:11-30.

_____. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In.: BRANDÃO, André Augusto. *Programa de Educação sobre o Negro na sociedade brasileira*. Niterói, Ed.UFF, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. (org.), *O negro revoltado*, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1982.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A história da África em Perspectiva: Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista*. Revista Múltipla, Brasília, v. 10, n. 16, 2004.

_____. *Lições sobre África. Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário. Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico. (1990-2005)*. Tese de Doutorado, UnB, 2009.

OLIVEIRA, Arilson S. de. *Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica*. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 2, dez./2008.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)*. In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África, disciplina em construção*. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

QUIRINO, Manuel Raimundo. *A raça africana e os seus costumes na Bahia*. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Salvador, 1916.

_____. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1918.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1957.

_____. *O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

REIS, Luiza Nascimento dos. *O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2010.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANSONE, Lívio. *Um Campo Saturado de Tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENEZES, Maria Paula. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SANTOS, Vanicleia S. *A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012)*. In: *Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP*. LISBOA: AULP, 2012, p. 243-254.

SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos. 1959 -1987*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2015.

SERRANO, Carlos Moreira Henrique. *O poder político no reino Ngoyo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1979.

SILVA, Joselina. *Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos setenta*. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos da democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2. ed., 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Mônica Lima e. *A África na sala de aula. Obrigatoriedade de ensinar história e cultura africanas é o novo desafio dos professores brasileiros*. *Revista Nossa História*, 02.04.2006.

THIONG'O, Ngugi wa. *Decolonising the Mind: the Politics of Language in African Literature*. Heinemann Educational, 1986.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

VANSINA, Jan. *Oral Tradition as History*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

ZAMPARONI, Valdemir. *África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro*. *Cienc. Cult.*, vol.59, n. 2, São Paulo Abr/Jun, 2007.

_____. *Os estudos africanos no Brasil: veredas*. *Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995.

ZELEZA, Paul Tiyambe. *The Troubled Encounter Between Postcolonialism and African History*. *Journal of the Canadian Historical Association*, number 172, 2006, pages 89–129.